



**DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA**  
**MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA E DE ACONSELHAMENTO**  
**UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA**  
**“LUÍS DE CAMÕES”**

**ESTILOS PARENTAIS E REGULAÇÃO EMOCIONAL EM TEMPOS  
DE PANDEMIA COVID-19**

Dissertação para a Obtenção do Grau de Mestre em Psicologia Clínica e de Aconselhamento

Autora: Gabrielle Maria Furtado Aguiar de Arruda

Orientadora: Professora Doutora Mónica Rute Taveira Pires

Número da candidata: 30004046

**Março de 2022**

**Lisboa**

## **Agradecimentos**

Ao meu querido esposo, Saulo Sobreira, que esteve ao meu lado em cada êxito e entrave, dedicando sua paciência e sabedoria ao me orientar nos caminhos da estatística, minha eterna gratidão e amor! Você é sustento, cuidado e paz, sem você este trabalho não seria possível.

Agradeço, também, aos meus pais Ricardo e Desa, meus maiores exemplos de dedicação e amor, que sempre investiram na minha educação, o que, juntamente com a base de segurança que me proporcionaram, foi fundamental para esta conquista. Além das minhas irmãs e colegas de profissão, Caroline e Gisele, obrigada pelas inúmeras discussões e aconselhamentos no âmbito da psicologia e da vida.

Meus agradecimentos, igualmente, à minha avó Vanda, meus sogros Sandra e Eduardo, à minha Cloèe e aos demais familiares e amigos que me apoiaram durante toda essa trajetória.

À minha professora e orientadora Doutora Mónica Pires, que investiu seu tempo e conhecimentos para tornar esse trabalho o melhor possível.

Por fim, agradeço a Deus e a Nossa Senhora, que são alicerces na minha vida.

## Resumo

A família é fundamental para a estruturação da personalidade das crianças. Diferentes estilos de parentalidade enquanto padrões de relacionamento entre pais e filhos - autoritário, autoritativo ou permissivo - foram associados, em estudo anteriores, à regulação emocional na forma como as emoções facilitam ou prejudicam os processos psicológicos, sublinhando a importância de ambos os conceitos para o desenvolvimento infantil. Do nosso conhecimento, não existem, porém, pesquisas que associem os estilos parentais com a regulação emocional de pais e de filhos. O objetivo deste estudo é testar o modelo de mediação da regulação emocional dos pais na relação entre os estilos parentais e a regulação emocional de crianças brasileiras entre 2 e 12 anos. Controlamos variáveis associadas às circunstâncias pandêmicas aquando a recolha, nomeadamente a ansiedade e a obsessão face à Covid-19. Os resultados indicam o efeito dos estilos parentais na regulação emocional infantil, sendo o estilo autoritativo o que se associa a uma melhor regulação emocional da criança. Comprovamos o papel mediador da estratégia de supressão emocional dos pais na relação entre o estilo autoritário e a labilidade/negatividade emocional e regulação emocional da criança, indicando a presença de estratégias pouco adaptativas de regulação emocional dos pais associadas ao autoritarismo e à permissividade, que provocam instabilidade emocional nas crianças. A idade das crianças e dos pais interferem na relação entre as variáveis. Por fim, a ansiedade e a obsessão com relação à COVID-19 mostraram um impacto na amostra estudada. Assim, esta pesquisa contribui para ampliar o conhecimento acerca dos estilos parentais e regulação emocional de pais e filhos, com utilidade para a elaboração de programas de prevenção, psicoeducação ou intervenção psicológica destinados a pais na promoção da saúde mental familiar.

*Palavras-chave:* Estilos Parentais; Regulação Emocional Parental, Regulação Emocional da Criança, Ansiedade, Obsessão, Covid-19

## **Abstract**

The family is fundamental for the structuring of children's personality. Different parenting styles as patterns of relationship between parents and children - authoritarian, authoritative or permissive - were associated, in previous studies, with emotion regulation in the way emotions facilitate or impair psychological processes, underlining the importance of both concepts for the child development. To our knowledge, however, there is no research linking parenting styles with the emotional regulation of parents and children. The aim of this study is to test the mediation model of parental emotion regulation in the relationship between parenting styles and emotional regulation of Brazilian children aged between 2 and 12 years. We control variables associated with pandemic circumstances when collecting, namely anxiety and obsession with Covid-19. The results indicate the effect of parenting styles on children's emotional regulation, with the authoritative style being associated with a better child's emotional regulation. We proved the mediating role of the parents' emotional suppression strategy in the relationship between the authoritarian style and the child's emotional lability/negativity and emotional regulation, indicating the presence of poorly adaptive strategies of parental emotion regulation associated with authoritarianism and permissiveness, which cause emotional instability in children. The age of children and parents interfere in the relationship between the variables. Finally, anxiety and obsession with COVID-19 showed an impact on the sample studied. Thus, this research contributes to expanding knowledge about parenting styles and emotional regulation of parents and children, useful for the development of prevention, psychoeducation or psychological intervention programs aimed at parents in the promotion of family mental health.

*Keywords:* Parenting styles, Parental Emotional Regulation, Child Emotional Regulation, Anxiety, Obsession, Covid-19

## **Abstrait**

La famille est fondamentale pour la structuration de la personnalité des enfants. Différents styles parentaux en tant que modèles de relation entre parents et enfants - autoritaires, autoritaires ou permissifs - ont été associés, dans des études antérieures, à la régulation des émotions dans la manière dont les émotions facilitent ou altèrent les processus psychologiques, soulignant l'importance des deux concepts pour le développement de l'enfant. À notre connaissance, cependant, il n'existe aucune recherche établissant un lien entre les styles parentaux et la régulation émotionnelle des parents et des enfants. Le but de cette étude est de tester le modèle de médiation de la régulation des émotions parentales dans la relation entre les styles parentaux et la régulation émotionnelle des enfants brésiliens âgés de 2 à 12 ans. Nous contrôlons les variables associées aux circonstances pandémiques lors de la collecte, à savoir l'anxiété et l'obsession du Covid-19. Les résultats indiquent l'effet des styles parentaux sur la régulation émotionnelle des enfants, le style autoritaire étant associé à une meilleure régulation émotionnelle de l'enfant. Nous avons prouvé le rôle médiateur de la stratégie de suppression émotionnelle des parents dans la relation entre le style autoritaire et la labilité émotionnelle/négativité et la régulation émotionnelle de l'enfant, indiquant la présence de stratégies mal adaptatives de régulation émotionnelle parentale associées à l'autoritarisme et à la permissivité, qui provoquent des instabilités chez les enfants. L'âge des enfants et des parents interfère dans la relation entre les variables. Enfin, l'anxiété et l'obsession du COVID-19 ont montré un impact sur l'échantillon étudié. Ainsi, cette recherche contribue à approfondir les connaissances sur les styles parentaux et la régulation émotionnelle des parents et des enfants, utiles pour le développement de programmes de prévention, de psychoéducation ou d'intervention psychologique destinés aux parents dans la promotion de la santé mentale familiale.

*Mots-clés* : Styles Parentaux, Régulation Émotionnelle Parentale, Régulation Émotionnelle Infantile, Anxiété, Obsession, Covid-19

## Índice

<b>Índice de Tabelas</b> .....	<b>VIII</b>
<b>Índice de Figuras</b> .....	<b>IX</b>
<b>Lista de Siglas e Abreviaturas</b> .....	<b>X</b>
<b>Introdução</b> .....	<b>11</b>
<b>I PARTE ENQUADRAMENTO TEÓRICO</b> .....	<b>14</b>
1.1 Família.....	15
5.1.1 Parentalidade.....	16
1.1.2 Estilos Parentais.....	17
5.2 Regulação Emocional.....	18
5.2.1 Autorregulação.....	18
5.2.2 Emoções.....	20
5.2.3 Definição da Regulação Emocional.....	22
5.2.4 Desenvolvimento da Regulação Emocional.....	27
5.3 Estilos Parentais e Regulação Emocional.....	28
5.4 Impacto da Pandemia da Covid-19 no Funcionamento Familiar e Individual.....	31
5.5 Estudo empírico.....	33
5.5.1 Pertinência.....	33
5.5.2 Objetivos e Problema de Investigação.....	34
5.5.3 Delineamento do Estudo.....	34
<b>II PARTE METODOLOGIA</b> .....	<b>37</b>
6.1 Participantes.....	38
6.2 Instrumentos.....	41
6.2.1 Questionário Sociodemográfico.....	41
6.2.2 Questionário PAQ-P – Parental Authority Questionnaire.....	41
6.2.3 Questionário de Regulação Emocional (QRE).....	42
6.2.4 Questionário ERC – Emotion Regulation Checklist.....	43
6.2.5 Escala CAS – Coronavirus Anxiety Scale.....	44
6.2.6 Escala OCS – Obsession with Covid Scale.....	44
6.3 Procedimentos.....	45
6.4 Estratégia de Análise de Dados.....	46
<b>III PARTE RESULTADOS</b> .....	<b>47</b>

7.1 Estatística Descritiva das Variáveis em Estudo .....	48
7.2 Verificação das Hipóteses .....	48
7.2.1 Estilos Parentais como Preditores da Regulação Emocional da Criança.....	50
7.2.2 Regulação Emocional dos Pais como Mediadora entre Estilos Parentais e Regulação Emocional da Criança .....	61
<b>IV PARTE DISCUSSÃO .....</b>	<b>68</b>
8.1 Estilo Parental como Preditor da Regulação Emocional Infantil.....	69
8.2 Regulação Emocional dos Pais como Mediadora entre os Estilos Parentais e a Regulação Emocional da Criança .....	73
8.3 Repercussões da Pandemia .....	75
8.4 Variáveis Sociodemográficas e a Regulação Emocional da Criança.....	77
<b>V PARTE CONCLUSÃO .....</b>	<b>79</b>
9.1 Limitações, Contribuições e Sugestões .....	81
<b>Referências .....</b>	<b>83</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>92</b>

## Índice de Tabelas

<b>Tabela 1.</b> Características Sociodemográficas (N = 143) .....	39
<b>Tabela 2.</b> Acontecimentos marcantes (N = 143) .....	40
<b>Tabela 3.</b> Valores de Consistência Interna das Medidas (N = 143) .....	45
<b>Tabela 4.</b> Correlações Pearson Bicaudal para todos os casos entre as Subescalas (N = 143) .....	49
<b>Tabela 5.</b> Modelo 1 - Regressão linear hierárquica para predição de Labilidade Emocional .....	52
<b>Tabela 6.</b> Modelo 2 - Regressão linear hierárquica para predição de Regulação Emocional .....	55
<b>Tabela 7.</b> Modelo 3 - Regressão linear hierárquica para predição de Regulação Emocional Total .....	57
<b>Tabela 8.</b> Sumário das Regressões Lineares .....	59
<b>Tabela 9.</b> Modelos de Mediação entre EP Autoritário, Supressão Emocional e subescalas da RE.....	61
<b>Tabela 10.</b> Efeitos do Modelo de Mediação 1 .....	62
<b>Tabela 11.</b> Resultados do Bootstrap no Modelo de Mediação 1 .....	62
<b>Tabela 12.</b> Efeitos do Modelo de Mediação 3 .....	63
<b>Tabela 13.</b> Resultados do Bootstrap no Modelo de Mediação 3 .....	63



## Índice de Figuras

<b>Figura 1.</b> Modelo Modal das Emoções. Baseado .....	21
<b>Figura 2.</b> Delineamento do Estudo.....	36
<b>Figura 3</b> Distribuição da amostra de filhos por escolaridade com sexo e idade. ....	40
<b>Figura 4.</b> Modelo de Mediação 1 .....	65
<b>Figura 5.</b> Modelo de Mediação 3 .....	65

## **Lista de Siglas e Abreviaturas**

EP – Estilo Parental

EP's – Estilos Parentais

RE – Regulação Emocional

PAQ-P - Parental Authority Questionnaire Parents Report

PAQ PER - Parental Authority Questionnaire Parents Report – Subescala Permissivo

PAQ ATV - Parental Authority Questionnaire Parents Report – Subescala Autoritativo

PAQ AUT - Parental Authority Questionnaire Parents Report – Subescala Autoritário

QRE – Questionário de Regulação Emocional

QRE REA - Questionário de Regulação Emocional – Subescala Reavaliação Cognitiva

QRE SUP - Questionário de Regulação Emocional – Subescala Supressão Emocional

ERC – Emotion Regulation Checklist

ERC LAB - Emotion Regulation Checklist – Subescala Labilidade/Negatividade Emocional

ERC REG - Emotion Regulation Checklist – Subescala Regulação Emocional

ERC RET - Emotion Regulation Checklist – Subescala Regulação Emocional Total

CAS – Coronavirus Anxiety Scale

OCS – Obsession with Covid Scale

## Introdução

A família configura-se como a primeira instituição em que a pessoa se insere e, portanto, o seu primeiro sistema pertencente (Benoit, 2004). Isto indica a sua importância fundamental para a representação de segurança e para a estruturação da personalidade, além de exercer funções de educação, socialização, afeto e reprodução (Dias, 2011).

Consequentemente, a família tem um importante papel no desenvolvimento de sintomas psicológicos nas crianças, quando estas são expostas a uma parentalidade desestruturada (Aguiar, 2014; Sanders & Turner, 2018). Nesse sentido, ambientes com cuidados físicos e emocionais, que estimulam a aprendizagem e modelam habilidades e comportamentos, promovem o desenvolvimento saudável. Em contrapartida, ambientes estressantes, com privações e maus-tratos, prejudicam as funções executivas (Sanders & Turner, 2018), entre outras áreas do desenvolvimento infantil.

Vários fatores podem influenciar a paternidade, como os recursos dos próprios pais (conhecimentos, educação e sua própria história de relacionamentos), a autorregulação parental, o relacionamento conjugal dos pais, o vínculo entre pais e filhos, a cultura, entre outros (Baker, 2018; Sanders & Turner, 2018). Dessa forma, é possível identificar certos estilos parentais, configurando diferentes padrões de relacionamento entre pais e filhos, os quais influenciam no desenvolvimento emocional das crianças (Darling & Steinberg, 1993 citado por Pires et al. (2011).

Baumrind (1971) propôs três padrões de estilos de autoridade parental: autoritário, quando os pais têm condutas mais controladoras e absolutas de parentalidade, muitas vezes se utilizando de meios punitivos e negligenciando o diálogo; autoritativo, baseado no diálogo, de forma a ponderar os direitos dos adultos com os interesses da criança, com afeto e controle equilibrados; e permissivo, quando os pais não atuam de forma ativa, permitindo ao máximo que a criança regule suas próprias atividades. Estudos anteriores evidenciam o estilo autoritativo como promotor e facilitador do desenvolvimento de competências da criança (Baumrind, 1971).

Dessa forma, os estudos demonstram a relação dos Estilos Parentais (EP's) às capacidades sociais, emocionais e intelectuais das crianças, de forma que uma parentalidade afetuosa, responsiva e consistente, que poderia ser relacionada ao estilo autoritativo, está ligada ao ajustamento social, emocional e comportamental dos filhos, enquanto uma parentalidade severa, restritiva, coerciva, abusiva ou negligente, relacionada aos estilos autoritário ou

permissivo, tem sido associada a um menor ajustamento da criança e a mais problemas psicológicos e sociais (Sanders & Turner, 2018).

De uma forma geral, a autorregulação é entendida como a capacidade de planejar voluntariamente e modular os comportamentos de acordo com as necessidades adaptativas, mantendo, assim, os níveis de excitação emocional, motivacional e cognitiva (Baker, 2018). Sendo assim, a autorregulação tem fundamental importância para o bom funcionamento dos indivíduos e o seu desenvolvimento é bastante influenciado pela parentalidade. Desse modo, falhas nesse processo estão associadas a diversos problemas psicológicos (Baker, 2018).

As emoções têm um papel primordial no funcionamento dos seres humanos, sendo importantes ferramentas na avaliação das experiências, preparando-nos para as ações subjacentes (Cole et al., 2004; Pinto et al., 2014). Nesse sentido, como um sistema dinâmico e interconectado com diversas estruturas neurológicas, as emoções têm um aspecto regulador (Baumeister et al., 2007; Davidson & Irwin, 1999; Kolb & Whishaw, 2003 citado por Hoeksma et al., 2004; Thompson, 1994). Exercem assim um papel fundamental na adaptação a diversas situações do quotidiano ou eventos pontuais, contribuindo para o ajustamento psicológico.

Dessa forma, o conceito de Regulação Emocional (RE) se propõe a entender a maneira como as emoções organizam e facilitam ou prejudicam os processos psicológicos (Cole et al., 2004). A principal definição de RE é a de Thompson (1994), que a compreende como sendo relacionada a processos extrínsecos e intrínsecos capazes de monitorar, avaliar e modificar as reações emocionais na sua intensidade e tempo, buscando alcançar os objetivos individuais. Logo, sendo importante para o desenvolvimento das relações sociais, da empatia, das competências escolares, da saúde mental, entre outros nas crianças e adolescentes (Baker, 2018).

Vários estudos já se propuseram a entender os factores intrínsecos, como o temperamento da criança e os factores de base biológica e extrínsecos, principalmente relacionadas aos cuidadores, associados à regulação emocional infantil (Calkings & Hill, 2007; Gross & Thompson, 2007). Atributos positivos dos pais influenciam positivamente o desenvolvimento da RE infantil, enquanto a regulação ineficaz dos pais ou outros factores relacionados, como o conflito conjugal, aumentam a probabilidade de uma desregulação das emoções nas crianças (Cole et al., 1994; Thompson, 1994).

Morris et al. (2007) criaram um modelo tripartido para demonstrar como o contexto familiar afeta o desenvolvimento da RE, em que as crianças podem desenvolver tais habilidades por meio da observação dos pais, através de práticas e comportamentos parentais relacionados às emoções (como o ensinamento de estratégias de RE) e através do clima emocional da família.

Destarte, fica evidente em diversos estudos que uma parentalidade envolvida e responsiva, com estilos parentais que incentivem a expressão emocional e a regulação autônoma das emoções, fomentando a individualidade da criança, possui uma probabilidade maior de promover uma boa RE infantil (Baker, 2018; Grolnick & Farkas, 2002). Entretanto, a paternidade também sofre influências que precisam ser consideradas, desde a genética, até a autorregulação e RE dos pais (Baker, 2018).

Tendo em vista que o presente estudo foi realizado no atual cenário de pandemia de Covid-19, suscitando importantes preocupações na área da saúde mental em todo o mundo, é imprescindível considerar a interferência deste contexto singular nesta pesquisa. A ansiedade e o stresse são consequências da pandemia encontradas em quase todas as pesquisas, inclusive no Brasil (Almeda et al., 2021; Serafim et al., 2021), razão pela qual incluímos a ansiedade e obsessão associadas à Covid-19 como covariáveis.

Diante da revisão de literatura, é possível perceber a relevância da continuidade dos estudos relacionados a estes construtos. Procuramos, assim, investigar a associação entre a regulação emocional parental, os estilos parentais e a regulação emocional infantil e responder ao problema: Qual o efeito dos estilos parentais e da regulação emocional dos pais na regulação emocional da criança em tempos de pandemia Covid-19?

Pretendemos, assim, testar o modelo de mediação da regulação emocional dos pais, na relação entre os estilos parentais e a regulação emocional de crianças entre os 2 e os 12 anos, bem como a relevância das circunstâncias atuais de ansiedade e obsessão inerentes à Covid-19 na relação entre as variáveis. Como objetivos específicos, estipulamos: Analisar as correlações entre os EP's e a RE de pais e Crianças; analisar os efeitos de outras variáveis, como a idade dos pais, a idade da criança, o sexo da criança, a ansiedade e a obsessão relacionadas à Covid-19.

O estudo divide-se em três partes, sendo a primeira correspondente ao enquadramento teórico com base na literatura acerca dos estilos parentais, regulação emocional e Covid-19, e apresentação do estudo empírico. Na segunda parte, expõe-se a metodologia científica, evidenciando a caracterização do grupo de participantes, os instrumentos e os procedimentos metodológicos e estatísticos utilizados. São apresentados os resultados na terceira parte e, por fim, a sua discussão e conclusões, contribuições e limitações.

## **I PARTE**

### **ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

## **1.1 Família**

A Teoria Geral dos Sistemas define sistema como um conjunto de elementos que interagem entre si (Le Moigne, 1990). Assim, desde um átomo até uma galáxia poderia ser considerado um sistema (Morin & Lisboa, 2007).

Um conjunto de indivíduos comprometidos a estarem unidos por um longo período pode ser considerado uma família, formando, com isso, uma unidade social, cultural e econômica na sociedade, independentemente de sua configuração (Zinker, 2001). Sendo assim, a família seria o primeiro sistema em que o indivíduo pertence (Benoit, 2004).

Nesse sentido, é possível concluir que a teoria sistêmica entende a família como um conjunto de pessoas em uma unidade social, uma totalidade sistêmica, na qual existe um relacionamento entre os seus membros e deles com o meio externo, de modo que pode ser entendido como um sistema dinâmico e que contém subsistemas que estão sempre em relação. Desse modo, a responsabilidade dos ajustamentos ou desajustamentos da família não pode ser resumida a um único membro, tendo sempre determinação múltipla, já que os processos são complexos e não lineares (Benoit, 2004; Zinker, 2001).

Como primeira instituição à qual a pessoa adere, é na família que serão desenvolvidas aprendizagens essenciais para a sua boa autorregulação. Assim, esse sistema tem a importância primordial de representar segurança e a estruturação da personalidade (Weissbourd, 2010 citado por Dias, 2011). Algumas das funções essenciais que a família exerce são de educação, socialização, afeto e reprodução (Dias, 2011).

### **5.1.1 Parentalidade**

Sanders e Turner (2018), descrevem algumas das principais funções parentais, como cuidado de necessidades básicas, cuidado emocional, socialização, orientações acerca de expectativas de comportamentos pró-sociais, estabelecimento de limites, ensino de competências, defesa da criança e apoio à educação.

Por outro lado, como primeiro sistema que a criança interage e está imersa, a família também tem um importante papel para o seu ajustamento psicológico e bem-estar ou desenvolvimento de sintomas psicológicos (Aguiar, 2014). Assim, a criança tem o potencial de prosperar em ambientes familiares estáveis, seguros e que atendam às suas necessidades básicas, mas estão expostas a maiores riscos no seu desenvolvimento quando vivenciam uma parentalidade imprevisível, caótica e conflituosa (Sanders & Turner, 2018). Por estarem em constante relação, um desequilíbrio no sistema é capaz de causar desequilíbrio no indivíduo, assim como o oposto também é verdadeiro, de modo que qualquer mudança em um membro da família é suficiente para impactar os demais (Dias, 2011).

Sanders e Turner (2018) também distinguiram as diversas formas em que os pais podem influenciar no desenvolvimento de seus filhos. O desenvolvimento do cérebro da criança perpassa desde a herança genética até o impacto nas funções neurológicas do ambiente social, emocional e físico mediado pelos pais. Nesse sentido, um ambiente de cuidados físicos e emocionais, com oportunidades de aprendizagem e interações e modelagem de habilidades e comportamentos estimulam o desenvolvimento cerebral. Em contrapartida, ambientes familiares estressantes, com privações, maus-tratos ou dificuldades financeiras impactam negativamente as funções executivas, como memória, planeamento, concentração e capacidade de resolução de problemas (Sanders & Turner, 2018).

A neuropsicologia também vem estudando as influências que o stresse vivido em famílias desequilibradas pode provocar nas funções neuropsicológicas das crianças (Bernardes, 2015; Da Silva, 2014; Kavanaugh & Holler, 2015; National Scientific Council on the Developing Child, 2014). Entretanto, também uma família equilibrada tem a capacidade de promover resiliência no indivíduo (Boeckel et al., 2016). É nessa perspectiva que vários estudos demonstram consequências negativas do stresse infantil, como os vividos em relações educacionais que se utilizam da punição, relacionando este fator com déficits na memória, problemas emocionais, suscetibilidade ao desenvolvimento de psicopatologias, déficits cognitivos, interferindo na saúde em geral, no bem-estar, na capacidade de aprendizagem e no desempenho escolar (Gomes & Pereira, 2016; Quesada, 2003).



Calam e Bee (2018), numa meta-análise, demonstraram a relevância da autorregulação e da saúde mental parental no desenvolvimento infantil. Dentre as consequências negativas para as crianças de crescer com pais com perturbações mentais, estão uma pior saúde mental e física, problemas comportamentais e sociais, dificuldades educacionais e baixa autoestima, além de aumentar os riscos de maus-tratos e negligência infantil.

Por outro lado, de acordo com a revisão bibliográfica de Sanders e Turner (2018), alguns fatores também podem influenciar a paternidade, como os recursos pessoais dos pais - conhecimento, educação, experiências com os filhos, atitudes sobre a educação dos filhos e sua própria história de relacionamentos -, a autorregulação parental, o relacionamento conjugal dos pais, o contexto interacional entre pais e filhos e o nível de segurança desses vínculos, o bem-estar emocional dos pais e o suporte social que recebem, além de influências distais como os recursos financeiros. Adicionalmente, o temperamento, a genética e a cultura também podem ser algumas das influências na parentalidade (Baker, 2018).

### ***1.1.2 Estilos Parentais***

Com o nascimento dos filhos, podem ser definidos diferentes estilos de exercer a parentalidade. Os estilos parentais correspondem aos diferentes padrões pelos quais os pais se relacionam com seus filhos e que são fundamentais para o seu desenvolvimento emocional (Darling & Steinberg, 1993 citado por Pires et al., 2011).

Baumrind (1971) define três padrões de EP's: autoritário, relativo aos pais que tentam controlar e avaliar os comportamentos e atitudes da criança de acordo com um certo tipo de conduta absoluta, valorizam a obediência, recorrem a meios punitivos e não favorecendo o diálogo; autoritativo, relativo aos pais que tentam dirigir as atividades da criança de forma orientada, incentivando o diálogo, o raciocínio e a autonomia, reconhecendo seus direitos como adulto, mas também os interesses e necessidades do filho, e mantendo o afeto e a exigência; e permissivo, correspondendo a pais que estipulam poucas regras e limites, exigem poucas responsabilidades, deixando que a criança regule ao máximo suas próprias atividades com pouco controle ou monitorização (Baumrind, 1971).

Nessa perspectiva, o EP mais adequado à promoção do desenvolvimento da criança varia de acordo com o contexto sociocultural em que ela se insere, além de depender de suas características individuais (como temperamento e idade) e dos próprios pais (Pires et al., 2010).

Apesar disso, estudos de Baumrind, confirmados por muitos outros ao longo das últimas décadas, concluíram que, na maioria das culturas, em especial nas ocidentais, o estilo autoritativo surge como o que favorece um clima emocional positivo e promotor do

desenvolvimento da criança com responsabilidade e autonomia. Como é o caso de Sanders e Turner (2018), que mostram que uma parentalidade afetuosa, responsiva e consistente, que pode ser relacionado ao estilo Autoritativo descrito por Baumrind (1971), está ligada a bons resultados de ajustamento social, emocional e comportamental, além de promoverem um maior ajuste escolar relacionados a linguagem e alfabetização. Em contrapartida, a parentalidade severa, coercitiva, abusiva e negligente, que pode ser relacionado aos estilos autoritário e permissivo de Baumrind (1971), mostram resultados opostos.

Nesse sentido, o EP autoritativo é consistente com um clima familiar promotor do desenvolvimento infantil, já que está relacionado com práticas parentais positivas e, portanto, com uma disciplina apropriada ao contexto e à idade da criança. O inverso é percebido para os EP's permissivo e autoritário, que se associam a práticas parentais negativas, como a disciplina rígida e inconsistente, implicando em uma menor percepção de eficácia na educação dos filhos (Pires & Silva, 2019).

Os EP's permissivo e autoritário predizem um pior ajustamento da criança, como problemas relacionais, sintomas emocionais, além de problemas externalizados (como agressividade, problemas de conduta, desafio e impulsividade) e internalizados (como ansiedade e depressão) (Braza et al., 2015; Marcone et al., 2020; Méndez et al., 2020; Pinguart, 2017; Pires & Martins, 2021).

É importante salientar, também, que existe um efeito bidirecional entre os estilos parentais e o temperamento da criança, o que condiz com a teoria sistêmica. Assim, os EP's influenciam a capacidade regulatória da criança, mas o temperamento e a capacidade de regulação desta também impactam o estilo parental adotado pelos pais (Benoit, 2004; Zinker, 2001; Wittig & Rodriguez, 2019).

## **5.2 Regulação Emocional**

### **5.2.1 Autorregulação**

De acordo com Baker (2018), a autorregulação pode ser definida como a capacidade que a pessoa tem de planejar voluntariamente e modular os comportamentos de acordo com as necessidades adaptativas, com o objetivo de manter os níveis de excitação emocional, motivacional e cognitiva para o melhor ajuste.

Sendo um construto complexo, a autorregulação é multidimensional e inclui diversos processos, sendo alguns deles o funcionamento executivo, emocional, do humor, afetivo, do

temperamento, controle de esforços, controle reativo, inibição comportamental, controle de impulsos, controle cognitivo, memória de trabalho e atraso de gratificação (Baker, 2018; Grolnick & Farkas, 2002).

A autorregulação é fundamental para o funcionamento de todos os indivíduos e da sociedade, já que afeta importantes domínios, como da saúde, econômicos, laborais e de relacionamento, de modo que, quando desenvolvidas estas competências na infância, prediz o sucesso na vida adulta (Inzlicht et al., 2021). Da mesma forma, as dificuldades na autorregulação foram associadas a problemas psicológicos internalizados e externalizados (Eisenberg et al., 2017).

A parentalidade exerce uma influência importante na autorregulação durante a infância e a adolescência, já que os pais são “guardiões” e modelos de regulação da criança. Com o progressivo desenvolvimento de habilidades motoras, de linguagem, cognição, atenção e sociais da criança, esta passa a ser capaz de se autorregular por conta própria (Grolnick & Farkas, 2002; Morawska et al., 2019).

Dessa forma, cuidadores que são sensíveis e atentos às necessidades da criança, com uma parentalidade afetuosa e responsiva (tal como descrito no estilo parental autoritativo), ajudando-os com modelos de autorregulação que permitam uma boa adaptação de pensamentos, emoções e comportamentos de acordo com as suas necessidades, potencializam as hipóteses de ela desenvolver uma boa autorregulação. Em contrapartida, estilos parentais rígidos, pouco afetuosos, punitivos e ameaçadores estão associadas a dificuldades de autorregulação e problemas psicológicos internalizados e externalizados (Baker, 2018; Baron & Malmberg, 2019; Morawska et al., 2019).

### 5.2.2 *Emoções*

As emoções exercem um papel fundamental no funcionamento dos seres humanos e estão envolvidas em todas as nossas experiências, das mais simples às mais complexas, influenciando as funções cognitivas, de memória, bem-estar e processos intra e interpessoais (LeBlanc et al., 2017; Pinto et al., 2014). A importância das emoções mostra-se no seu papel em preparar as respostas comportamentais necessárias, sintonizar a tomada de decisões, melhorar a memória para situações importantes e facilitar as interações interpessoais (Gross & Thompson, 2007).

Entretanto, ainda é difícil conceituar tal processo, pois existem diversas teorias acerca das emoções com diferentes definições (Cole et al., 2004; Pinto et al., 2014). É nesse sentido que Cole et al. (2004) fazem um apanhado acerca das teorias da emoção mais citadas na literatura da Regulação Emocional na infância, concluindo que, mesmo de formas diferentes, todas possuem uma influência neodarwiniana, que entende as emoções como capacidades do ser humano, biologicamente evoluídas devido ao seu valor para a sobrevivência.

Assim, as emoções seriam processos constantes que atuam como ferramentas utilizadas para avaliar rapidamente a experiência e nos preparar para a ação subjacente, sustentando, assim, tanto condições favoráveis como desfavoráveis. Dessa forma, não existiriam emoções positivas e negativas, mas cada emoção teria uma função adaptativa própria, provocando reações diferentes e com consequências diversas (Cole, 2014).

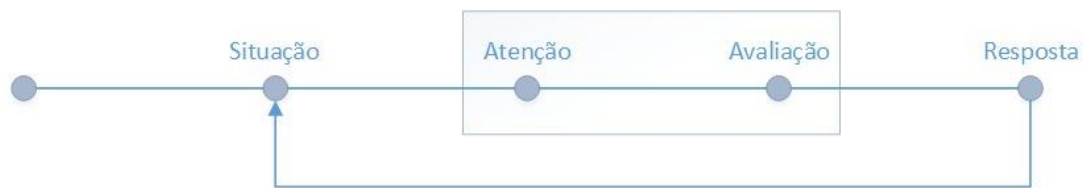
Nessa perspectiva, Gross e Thompson (2007) formularam um Modelo Modal das Emoções em que reúnem as principais convergências entre as pesquisas sobre as emoções, destacando três principais pontos. Assim, as emoções surgem quando um indivíduo atenta a uma situação que é relevante aos seus objetivos; as emoções são fenômenos multifacetados que envolvem todo o corpo (incluindo a experiência subjetiva da pessoa, os seus comportamentos e a sua fisiologia central e periférica - o que explica a relevância das mudanças maturacionais no comportamento e nos sistemas fisiológicos principalmente durante a infância). Por fim, as mudanças multissistêmicas associadas às emoções normalmente não são obrigatórias. Portanto, apesar das emoções terem uma qualidade imperativa que pode forçá-las a se tornarem conscientes, elas também competem com outras respostas geradas pela matriz social na qual as emoções também atuam, o que viabiliza a regulação emocional.

Nesse sentido, o Modelo Modal pode explicar o caminho feito desde uma certa situação que atrai a atenção da pessoa por ter algum significado para ela, até a geração de uma resposta emocional multissistêmica coordenada e flexível. Esse trajeto inicia-se com uma Situação

psicologicamente relevante, normalmente externa, mas que também pode ser interna (baseada em representações mentais). Essa situação capta a Atenção do indivíduo e dá origem a Avaliações com base nas considerações individuais, a partir da familiaridade da situação, da sua valência e da relevância de valor. Por fim, a Avaliação gera Respostas Emocionais que envolvem mudanças nos sistemas experiencial, emocional e neurobiológico (Gross & Thompson, 2007).

### Figura 1.

*Modelo Modal das Emoções. Baseado*



*Nota.* Figura adaptada de Gross e Thompson (2007)

Como processos multifacetados e complexos, as emoções envolvem excitação fisiológica, avaliação cognitiva, ativação neurológica, processos de atenção e tendências de respostas (Thompson, 1994), de modo que estão associadas ao sistema nervoso autónomo (Sá, 2009 citado por Pinto et al., 2014), como também afetam e são afetadas pelos sistemas cardiovasculares, corticais e neuroendócrinos (Cole et al., 2004).

Destarte, pode-se considerar o sistema emocional como um sistema dinâmico, caracterizado por ser uma rede interconectada de estruturas neurológicas, sendo elas o tálamo, hipotálamo, amígdala, hipocampo, córtex cingulado e córtex pré-frontal (Davidson & Irwin, 1999; Kolb & Whishaw, 2003 citado por Hoeksma et al., 2004). É, portanto, por meio desse sistema que as emoções exercem funções reguladoras sobre diversos processos, como na atenção e comunicação; mas, também, é regulada, já que podem ser moduladas para atender certas exigências, como ao atenuar a raiva ao evitar prejudicar uma relação (Cole et al., 1994; Cole et al., 2004).

Além de adaptáveis biologicamente, as emoções também seriam flexíveis, responsivas às diversas situações, melhorando o desempenho e mudando de forma rápida para se adaptar às diversas situações e promover um funcionamento organizado, o que demonstra o aspecto regulador da emoção (Thompson, 1994). Contudo, a base fisiológica não seria a única integrante deste processo, visto que também há interações com os aspectos sociais relacionados à cultura (expectativas sociais) e com as diferenças individuais na personalidade (diferenças

dos significados das emoções para cada pessoa) (LeBlanc et al., 2017; Thompson, 1994). Assim, Baumeister et al. (2007) estudaram os efeitos da emoção na autorregulação, concluindo que as emoções tanto são vitais e contribuem para a autorregulação, mas também poderiam prejudicá-la quando estão relacionadas ao sofrimento.

### **5.2.3 Definição da Regulação Emocional**

O conceito de regulação emocional surge com a proposta de explicar a forma e a razão pela qual as emoções organizam e facilitam ou prejudicam processos psicológicos (Cole et al., 2004). Assim, esta regulação diz respeito às variações na intensidade, persistência, tempo de início e subida, alcance e probabilidade, modulação e recuperação das respostas emocionais (Thompson, 1994).

Uma das definições de RE mais relevantes e mais utilizadas nos estudos acerca do desenvolvimento emocional é a de Thompson (1994), que entende a RE como relacionada a processos extrínsecos e intrínsecos capazes de monitorar, avaliar e modificar as reações emocionais, principalmente nas suas formas de intensidade e de tempo, de modo a alcançar certos objetivos individuais. Nesta definição, o autor explica as diversas características da RE, sendo elas: responsável por manter, aumentar, inibir ou subjugar a excitação emocional; sofre influências externas a partir de intervenções de outras pessoas (comum na infância, com a intervenção dos cuidadores com o objetivo de manter o bem-estar emocional dos filhos, mas também presente na fase adulta); afetam características qualitativas das respostas emocionais (intensidade, períodos de início e recuperação, duração ao longo do tempo, alcance e labilidade) e possui aspectos funcionais (dependente dos objetivos para cada situação específica) (Thompson, 1994).

Pela emoção estar envolvida em diversos processos fisiológicos e sociais, como explicitado anteriormente, sua regulação também abrange uma série de possibilidades relacionadas que podem ser, segundo Thompson (1994):

1. Regulações Neurofisiológicas - relacionadas aos sistemas de organização do sistema nervoso, que regulam a excitação e inibição da emoção e que vão amadurecendo ao longo do desenvolvimento humano, podendo variar de acordo com a personalidade e temperamento de cada um (Thompson, 1994);

2. Regulações nos Processos de Atenção - presentes desde o início da vida, mas vão se tornando mais complexos com o passar dos anos, envolvendo a restrição ou redirecionamento de informações emocionalmente estimulantes (Thompson, 1994);

3. Regulação do Processamento de Eventos Emocionais – alterando as interpretações das informações emocionalmente significativas, como nos casos dos mecanismos de defesa, como negação ou projeção, e que podem ser estimuladas por fatores extrínsecos ou intrínsecos (Thompson, 1994);

4. Regulação da Codificação de Dicas de Emoções Internas – por meio da reinterpretação dos indicadores internos de excitação, como a frequência cardíaca, transpiração e frequência respiratória (Thompson, 1994);

5. Regulação dos Recursos de *coping* – como um suporte externo para gerenciar a excitação emocional, principalmente pelo auxílio de bases de apoio sociais confiáveis, mas também recursos materiais (Thompson, 1994);

6. Regulação das Exigências Emocionais de Ambientes Familiares – envolvendo a previsão e controle de requisitos emocionais nas situações mais comuns, o que é inicialmente feito pelos cuidadores e, posteriormente, podem ser autogeridas (Thompson, 1994);

7. Regulação por Seleção de Respostas Adaptativas Alternativas – através da expressão da emoção de uma forma que promova consequências positivas de acordo com os objetivos pessoais para cada situação, o que também é ampliado com o aumento da idade, já que isto permite um maior leque de alternativas de expressão das emoções, envolvendo, também, a cultura em que está inserido e que modula as emoções consideradas adequadas (Thompson, 1994).

Portanto, a RE está fundamentalmente interligada aos processos fisiológicos e neurobiológicos (principalmente pelo córtex pré-frontal), atencionais e comportamentais básicos e influencia o desenvolvimento posterior de habilidades cognitivas mais elaboradas. No entanto, todos esses processos também estão relacionados ao contexto externo da criança (familiar, escolar e com pares) que contribui no desenvolvimento de suas habilidades (Calkins & Hill, 2007; LeBlanc et al., 2017; Thompson & Meyer, 2007).

A partir do Modelo Modal das Emoções, Gross e Thompson (2007) postularam uma organização das maneiras em que as emoções podem ser reguladas no dia a dia, dividindo-as em cinco famílias, de acordo com o momento do processo de geração da emoção em que elas têm maior impacto. As quatro primeiras, Seleção da Situação, Modificação da Situação, Implantação Atencional e Mudança Cognitiva, são focadas no antecedente, portanto acontecem antes da resposta emocional ser desenvolvida, enquanto a última, Modulação da Resposta, é focada na resposta, surgindo apenas depois da resposta emocional ser gerada.

Na Seleção da Situação, o indivíduo age para aumentar ou diminuir a probabilidade de uma situação que gera uma desejável ou indesejável emoção. Esta é considerada uma estratégia

complexa e difícil, já que requer uma previsão de prováveis situações remotas e de suas respostas emocionais esperadas, além de ser necessário pesar os benefícios de curto prazo desta RE contra os custos a longo prazo de não usar tal estratégia. Um exemplo da seleção de situação pode ser evitar um colega que costuma ser ofensivo. Esta é uma estratégia comumente utilizada pelos cuidadores para regular os sentimentos das crianças, já que estas ainda não são capazes de escolher suas próprias circunstâncias (Gross & Thompson, 2007).

A Modificação da Situação está relacionada a modificações externas no ambiente físico. Esta estratégia também é muito utilizada pelos pais para ajudar os filhos em sua RE, podendo acontecer por meio de comandos verbais que ajudam em situações desafiadoras ou legitimam uma resposta emocional. Assim, as expressões emocionais são importantes nesse tipo de intervenção, pois mudam a natureza da situação, podendo tanto contribuir como prejudicar a RE (Gross & Thompson, 2007).

Com a Implantação Atencional, a pessoa é capaz de direcionar sua atenção para influenciar as emoções, podendo ser considerada uma versão interiorizada da seleção da situação. Assim, duas principais estratégias podem ser identificadas, a distração (focando a atenção em aspectos diferentes da situação ou afastando completamente a atenção da situação, podendo também ser um processo interno por meio de pensamentos ou memórias) e a concentração (focando a atenção em características específicas de uma situação). Essa estratégia é uma das primeiras formas de RE a serem utilizadas (Gross & Thompson, 2007).

Na Mudança Cognitiva, muda-se a avaliação da situação com o objetivo de modificar a sua significância emocional, podendo também ser utilizada nas experiências internas dos eventos. Um exemplo dessa estratégia é a reavaliação cognitiva. Para as crianças, os pais têm grande influência nas avaliações das situações relacionadas às emoções, já que eles treinam essas estratégias com as crianças, como por exemplo ao ensinar pensamentos felizes quando estão no escuro na hora de dormir, reinterpretando situações para a criança, explicando as causas das emoções ou criando regras ou roteiros de sentimentos (Gross & Thompson, 2007).

A Modulação da Resposta acontece depois que as respostas emocionais foram geradas e está relacionada diretamente às influências fisiológica, experiencial ou comportamental, sendo alguns exemplos o uso de medicações, exercícios, relaxamento e a regulação do comportamento expressivo da emoção (como a supressão dos sentimentos) (Gross & Thompson, 2007).

Nesse sentido, a RE não envolve apenas a influência dos processos emocionais sobre outros processos, mas as emoções também são reguladas, de modo que somos capazes de modificar as nossas reações emocionais de maneira a de minimizar, ampliar, redirecionar,



alternar e eliminá-las. Assim, as emoções como reguladoras são associadas a mudanças resultantes da emoção ativada, enquanto as emoções como reguladas são entendidas como as mudanças na emoção ativada, sejam de sua valência, intensidade ou tempo e podem ocorrer no indivíduo em si ou entre indivíduos (Cole et al., 2004).

Cole et al., (1994) também trazem algumas características definidoras da RE e que, portanto, são essenciais para o funcionamento saudável, são elas: o acesso a toda a gama de emoções; modulação da intensidade e da duração da emoção, transições fluidas e suaves de um estado emocional para outro; conformidade com as regras de exibição cultural; integração de emoções mistas; regulação verbal dos processos de emoção (como capacidade de pensar, rotular, descrever, entender e conceituar os sentimentos próprios e de outras pessoas); e o gerenciamento de emoções sobre emoções, como um processo metacognitivo que envolve a capacidade de entender e reagir às emoções de outra pessoa. Nessa perspectiva, o mal funcionamento dessas dimensões também pode ser associado à psicopatologia.

Assim, Baumeister et al. (2007) e Calkings e Hill (2007) defendem a ideia de que o conceito da regulação emocional deve ser parte do quadro maior da autorregulação, já que isso contribuiria na compreensão dos diversos níveis de funcionamento da infância influenciados tanto intrinsecamente como extrinsecamente.

Com isso, Calkings e Hill (2007) fazem um apanhado de estudos para identificar essas influências intrínsecas e extrínsecas na RE infantil. Assim, os fatores intrínsecos seriam: o temperamento da criança - que estaria relacionado à tendência dos bebês em serem emocionalmente estimulados, influenciando nas habilidades e estratégias de regulação emocional a serem desenvolvidas - e seus sistemas neural e fisiológico, que são a base biológica para o desenvolvimento da regulação emocional e comportamental mais sofisticadas. No entanto, os fatores intrínsecos apenas podem ser desenvolvidos dentro de um contexto social, que incluiria os então fatores extrínsecos, sendo eles: as práticas dos cuidadores, que têm o papel de moldar e socializar as respostas emocionais dos bebês, e a consequente relação entre o cuidador e a criança.

Dessa forma, Gross e Thompson (2007) apontaram alguns fatores contextuais essenciais para o desenvolvimento da RE , incluindo as influências de cuidado das crianças, o desenvolvimento da linguagem (que permite a compreensão, transmissão e gerenciamento das emoções), os cenários nos quais as expressões emocionais podem ter resultados adaptativos ou não e os valores culturais de acordo com os contextos sociais.

Nesse contexto, Baker (2018) descreve diversos estudos que mostram a importância da RE para as relações sociais, para a empatia, para as competências escolares, para a saúde

mental, para a facilidade de adaptação e para a diminuição nos problemas comportamentais em crianças e adolescentes. Assim, as pesquisas demonstram que a deficiência na saúde mental pode levar à alta reatividade fisiológica, deficiências na modulação de emoções e no controle de impulsos, podendo ter como consequência comportamentos desafiadores e agressivos e dificuldades relacionais.

Nesse sentido, a RE se torna essencial no desenvolvimento de crianças e adolescentes devido ao seu papel na inibição de impulsos inapropriados, na exploração e adaptação de novos ambientes, objetos e pessoas, no direcionamento de comportamentos construtivos e na melhor aceitação entre pares (Sebatier et al., 2017).

Como uma resposta às exigências contextuais que variam a cada momento e de acordo com cada indivíduo e seus próprios recursos regulatórios, os padrões de RE tornam-se características de personalidade. Entretanto, estes padrões que, de início, são básicos, podem acabar por promover um desajuste no funcionamento, desenvolvendo-se como sintomas psicopatológicos na medida em que, ao invés de regular, interrompem estes processos anteriormente descritos de atenção, relações sociais e assim em diante, tornando-se, dessa forma, desregulações emocionais (Cole et al., 1994).

Nessa perspectiva, a desregulação emocional pode ser definida, segundo Cole et al., (1994), por uma dificuldade em modular a experiência e a expressão da emoção diante das condições de contexto, o que provoca uma defasagem no controle da intensidade emocional em meio à organização de pensamentos, ações e interações.

Por ser uma característica marcante em diversas psicopatologias, se justifica a necessidade do estudo da RE para a compreensão de problemas psicológicos ou de ajustamento, promovendo um maior conhecimento dos aspectos normativos do desenvolvimento emocional, das condições que provocam desvios e da natureza desses desvios que têm o potencial de se tornarem distúrbios (Cole et al., 2004; LeBlanc et al., 2017).

No entanto, uma regulação ineficaz não significa que a emoção não está sendo regulada, mas sim que um processo regulatório normal está ocorrendo de forma disfuncional com uma deficiência ou restrição de seu funcionamento, podendo também estar ocorrendo um excesso de regulação. Nesse sentido, a regulação ineficaz também atua como uma função reguladora adaptativa, mas com implicações de desajustamento (Cole et al., 1994).

#### **5.2.4 *Desenvolvimento da Regulação Emocional***

De acordo com Calkins (1994), identificar as diferenças individuais na aquisição de estratégias de RE durante o desenvolvimento da criança é importante para compreender como os comportamentos adaptativos e desadaptativos se desenvolvem.

Nesse contexto, os elementos que influenciam a RE podem ser internos ou externos. Em resumo, as fontes internas envolvem o sistema neuro regulatório (frequência cardíaca/tom vagal, atividade endócrina e atividade cerebral), os aspectos comportamentais (atenção, resistência/reatividade à frustração, socialização, atenção, capacidade de observação, interesse e adaptabilidade/reatividade à novidade) e aspectos cognitivos (crenças, expectativas sobre os outros e o meio, habilidade para aplicar estratégias, referências sociais e consciência das necessidades de regulação) (Calkins, 1994). Já as fontes externas envolvem os estilos de cuidados interativos (responsividade, cooperação, controle, reciprocidade, acessibilidade, atenção, sensibilidade, contingência, suporte e aceitação) e ensinamentos explícitos (modelação e disciplina) (Calkins, 1994).

É com base nesses elementos que surgem diferenças na RE de cada pessoa, diferenças estas que podem ser explicadas pelo momento do desenvolvimento em que a criança se encontra (como as diferenças neurofisiológicas e de habilidades cognitivas entre as diferentes faixas etárias) ou por circunstâncias contextuais (como as relações com os cuidadores) (Calkins, 1994). Assim, a regulação emocional da criança se inicia numa fase precoce da infância e é influenciada pelos estilos parentais e regulação emocional dos próprios pais, além do papel exercido por outras relações importantes na infância, como com professores e pares (LeBlanc et al., 2017).

Nessa perspectiva, apesar da RE se desenvolver ao longo de toda a vida de forma complexa e não somente durante a infância (Cole, 2014), é possível identificar alguns marcos para o seu desenvolvimento nas diferentes faixas etárias. A partir dessa premissa, Sabatier et al. (2017) reuniram diversos estudos para organizar tais marcos no desenvolvimento:

Entre 1 e 3 anos esses processos regulatórios ocorrem basicamente de forma externa, com base nas respostas dos cuidadores que modulam as respostas emocionais das crianças (Cole, 2014; Morris et al., 2007; Sebatier et al.; Thompson, 1994; Thompson & Meyer, 2007). Durante esse período, o surgimento da linguagem e da consciência alheia permitem um novo aspecto social e um maior direcionamento para o desenvolvimento da RE e, aos 3 anos, a criança já possui uma boa aprendizagem acerca da autorregulação através do seu reconhecimento de emoções básicas de outras pessoas (Sebatier et al., 2017).

Entre 4 e 6 anos, as experiências internas, como medos, desejos e lembranças, desempenham importante papel para a RE, permitindo o uso de novas estratégias para lidar com emoções incômodas. Entre os 7 e 8 anos, as crianças diminuem seu nível de pensamentos egocêntricos, possibilitando a visualização das situações em diferentes pontos de vistas, aprendendo, assim, a buscar estratégias de regulação mais baseadas no apoio social (Sebatier et al., 2017).

Entre 9 e 10 anos, as crianças já são capazes de apresentar respostas e comportamentos de RE mais baseadas no que é socialmente esperado e apropriado, mostrando o papel das expectativas culturais (Morris et al., 2007; Sebatier et al., 2017). É durante essa faixa etária, também, que os processos de RE mudam efetivamente de externos para internos, já que elas usam muito mais os pensamentos para modificar seus sentimentos (Garnefski et al., 2007; Gross e Thompson, 2007; Sebatier et al., 2017).

O período entre os 11 e 13 anos é de extrema importância para o desenvolvimento da RE, já que é durante esses anos que as circunstâncias sociais se tornam muito mais influentes e de maior risco para a regulação e desregulação emocional (Sebatier et al., 2017).

Entre os 14 e 16 anos, o desenvolvimento da lógica formal permite o uso do raciocínio abstrato, o que promove uma maior consideração pelos pontos de vista dos outros e acerca das consequências de suas ações, além disso, é nesse período que as diferenças de gênero se tornam mais relevantes (Sebatier et al., 2017).

Por fim, entre os 17 e 19 anos, os processos de RE e os usos de suas estratégias já podem ser considerados semelhantes aos dos adultos, possibilitando uma melhor resposta às pressões sociais e maior responsabilidade (Sebatier et al., 2017).

### **5.3 Estilos Parentais e Regulação Emocional**

Diante do exposto, é possível perceber a influência que o relacionamento entre pais e filhos, os diferentes tipos de estilos parentais e de práticas de educação infantil, assim como outras relações e expectativas sociais, possuem na eficácia das estratégias de RE, mostrando o papel do contexto social e cultural neste processo (Calkings & Hill, 2007; Cole et al., 1994; Sabatier et al., 2017; Thompson, 1994).

Portanto, um ajustamento disfuncional dos pais ou até mesmo o conflito conjugal pode desencadear consequências no desenvolvimento das habilidades de regulação das emoções da própria criança. Em contrapartida, atributos positivos dos pais podem exercer um impacto positivo nestes processos da infância devido à internalização de estratégias que ocorrem a partir

de uma co-construção da vida emocional da criança e de seus cuidadores (Cole et al., 1994; Pinquart, 2017; Pires & Martins, 2021; Thompson, 1994).

Thompson e Meyer (2007) descreveram a maneira pela qual o contexto familiar é relevante para o desenvolvimento da RE. Assim, é possível haver a RE extrínseca por meio da intervenção direta dos cuidadores para alterar a emoção da criança, o que ocorre desde o nascimento, quando os pais saciam as necessidades básicas do bebê. Esse movimento tem a consequência de desenvolver as expectativas comportamentais da criança de que os cuidados parentais serão previsíveis e aliviarão o sofrimento, de modo que os pais se tornam referências sociais no fornecimento de sinais emocionais para que a criança desenvolva, aos poucos, sua própria regulação.

Outra forma de RE influenciada pelos pais é a avaliação acerca das emoções da criança. Desse modo, Thompson e Meyer (2007) apresentaram estudos que indicam que a maneira, favorável ou não, pela qual os pais respondem às emoções dos filhos e os seus comportamentos resultantes preveem o seu posterior coping relacionado às emoções a partir da internalização dessas avaliações. Assim, quando as respostas são empáticas e construtivas, isso mostra que as emoções das crianças são válidas e promovem um recurso de apoio social. Porém, respostas críticas e punitivas provocam stresse e invalidam os sentimentos e sua expressão, assim como as competências da criança ou a relação entre ela e o cuidador, o que pode ter como consequência o maior risco para o desenvolvimento de psicopatologias e regulação emocional ineficaz.

Além disso, o clima emocional da família influencia na RE da criança através dos modelos de RE aos quais ela estará exposta e as expectativas normativas acerca do comportamento emocional que ela internalizará. Desse modo, as representações emocionais das crianças também podem ser influenciadas pelas crenças e valores dos pais sobre as emoções. (Thompson & Meyer, 2007). Por fim, a qualidade do relacionamento entre pais e criança tem uma grande relevância para o desenvolvimento da RE, já que a receptividade dos filhos às iniciativas dos pais depende da sua confiança e segurança neles (Thompson & Meyer, 2007).

De maneira semelhante, Morris et al. (2007) fizeram uma revisão de literatura para compreender a influência do contexto familiar na RE de crianças e adolescentes. Com isso, criaram um modelo tripartido que mostra que o contexto familiar afeta o desenvolvimento da RE de três formas: através do clima emocional da família, que se refere à qualidade dos relacionamentos (associado à vinculação, ao relacionamento conjugal e aos estilos parentais) e à quantidade de emoções positivas e negativas expressas em relação aos membros da família; através das aprendizagens acerca das emoções e RE que as crianças desenvolvem por meio da

observação dos pais (sendo portanto um ensinamento implícito por meio do contágio emocional e das referências sociais e modelação); e através de práticas e comportamentos parentais relacionados às emoções (o que vai desde as reações dos pais às emoções das crianças até à aprendizagem de estratégias de RE).

Nesse sentido, a meta-análise de Rhoads (2008) mostrou relações importantes entre o ajuste e as respostas cognitivas, afetivas, comportamentais e fisiológicas das crianças e o conflito inter-parental. o que foi corroborado por estudos posteriores, como de Pires e Martins (2021), no qual a parentalidade autoritária, o conflito inter-parental e a triangulação foram preditores de um pior ajustamento infantil.

Já o estudo de Pinto et al. (2014) mostrou resultados de níveis mais elevados de suporte parental associados a níveis mais elevados de elaboração emocional, além de demonstrar a relação entre a rejeição parental e a dificuldade na elaboração emocional, concluindo acerca da importância da qualidade das relações parentais para este processo.

Baker (2018), assim como Grolnick & Farkas (2002), reuniram vários estudos que enfatizaram o papel parental para o desenvolvimento de uma boa RE, mostrando que esta é facilitada por uma parentalidade envolvida e responsiva, além de estilos parentais que incentivem a expressão emocional e a regulação autónoma das emoções, além de fornecer regras claras, mas envolvendo os filhos nas decisões e que fomentem a individualidade - fatores estes que poderiam ser relacionados com o estilo parental autoritativo. Por outro lado, Baker (2018) também enfatiza que a paternidade recebe diversas influências, como as próprias habilidades de autorregulação e RE dos pais, seu temperamento, genética, saúde mental e cultura.

Outra meta-análise importante é a de Pinquart (2017), que reuniu mais de 1400 estudos indicando que o EP autoritativo, numa parentalidade calorosa e incentivadora de autonomia, mas exercendo um controle parental congruente, apresenta correlações negativas com problemas externalizados. Por outro lado, os estilos parentais autoritário e permissivo, que exercem um controle severo ou negligente, são associados a maiores problemas externalizados. Além disso, problemas internalizados também são comumente associados a estes dois últimos estilos parentais (Braza et al., 2015; Mannarini et al., 2018; Marcone et al., 2020; Méndez et al., 2020).

O estudo de Chang et al. (2003) com crianças chinesas e seus pais demonstrou que a educação severa, mesmo quando não relacionada a maus tratos físicos, pode ter um efeito direto e indireto na agressão infantil no ambiente escolar por meio da mediação da RE infantil. Esses resultados foram confirmados por Baron e Malmberg (2019), num estudo com mais de 12 mil

crianças inglesas entre 3 e 7 anos, mostrando que níveis elevados de educação severa prediziam uma menor autorregulação dos filhos, da mesma forma que maiores níveis de autorregulação dos filhos predizem menores níveis de disciplina severa.

Já a pesquisa de Edwards et al. (2017) com mães e seus bebês durante o primeiro ano pós parto buscou entender as relações diretas e indiretas (pelos problemas de internalização das mães) entre o uso de estratégias de RE pelas mães e o afeto negativo infantil, concluindo que o menor uso da estratégia de reavaliação pelas mães estava ligado a um maior afeto negativo infantil, além do menor uso de reavaliação e maior uso de supressão estar relacionado a maior internalização materna e, portanto, indiretamente ligados a um maior afeto negativo infantil, já que a internalização materna é relacionada ao afeto negativo infantil.

Diversas pesquisas demonstraram o papel da RE tanto no desenvolvimento saudável e bem-estar emocional de crianças e adolescentes como no desenvolvimento de psicopatologias, além dos recursos a estratégias adaptativas ou não adaptativas de regulação e fatores de riscos envolvidos na dinâmica familiar e contextos envolventes (p. ex. económicos e sociais); como também sua relação com o desempenho académico (Braet et al., 2014; Cadima et al., 2016; Garnefski et al., 2007; Gross & Cassidy, 2019; Gross & Levenson, 1993; Kokkinos et al., 2019; Meyer et al., 2014; Pollak & Camras, 2019; Santana & Gondim, 2016; Silva & Freire, 2014; Wadsworth & Compas, 2002).

Recentemente, novos estudos vêm procurando entender a relação entre os Estilos Parentais e o ajustamento da criança (Dinis, 2016; Gomes, 2019; Stroud et al., 2014). Entretanto, ainda não há pesquisas do nosso conhecimento que relacionem a RE da criança com os estilos parentais e RE dos pais.

#### **5.4 Impacto da Pandemia da Covid-19 no Funcionamento Familiar e Individual**

Com a atual pandemia da Covid-19, em 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou emergência de saúde pública a nível internacional. O stresse causado por esta crise tem gerado preocupações importantes relacionadas à saúde mental em todo o mundo (World Health Organization, 2020). A doença causada pelo novo coronavírus é uma doença altamente infecciosa que pode provocar problemas respiratórios leves a graves. Sua principal forma de prevenção é o cuidado com a higienização de mãos e o distanciamento social (World Health Organization, 2020).

Desde o início da pandemia, o seu impacto na saúde mental tem gerado grande preocupação em todo o mundo. Com base em pesquisas anteriores acerca de epidemias, como a do SARS, desastres naturais e crises generalizadas – todas situações que colocam a população

em alto nível de stresse – os pesquisadores puderam prever, desde os primeiros meses, consequências como ansiedade, depressão e transtorno do stresse pós-traumático (TEPT), que foram sendo corroborados em estudos posteriores no decorrer dos meses (Choi et al., 2020; Jungmann & Witthöft, 2020; Park, et al., 2021).

A meta-análise feita por Almeda et al. (2021) concluiu que a ansiedade e o stresse foram consequências da pandemia encontradas em quase todos os documentos analisados, além de frequentes comorbidades, como o uso de substâncias e depressão.

A pesquisa de Choi et al. (2020) encontrou porcentagens maiores nos níveis de depressão e ansiedade na população de Hong Kong durante a COVID-19 se comparado a estudos anteriores analisados por eles. Corroborando com estes achados, a pesquisa de Park et al. (2021), feita nos Estados Unidos nos primeiros meses da pandemia, demonstrou um alto nível de stresse, ansiedade e depressão na amostra, sendo os jovens adultos e mulheres os mais vulneráveis a estes fatores. Da mesma forma, em uma amostra mexicana, Mestas et al. (2021) concluiu que alta percentagem da população demonstrou moderado a severo nível de ansiedade e depressão, também sendo mais significativo em mulheres.

Uma outra consequência da pandemia foi a cybercondria (excessiva busca de informações online) que foi analisada por Jungmann & Witthöft (2020) na população geral alemã. Este estudo demonstrou que a ansiedade pré-existente e a cybercondria são fatores de risco, enquanto estar bem informado acerca da pandemia e a RE adaptativa seriam fatores de proteção para a ansiedade durante a COVID-19. No Brasil, o estudo de Serafim et al. (2021), condizente com as pesquisas anteriores, identificou consequências à Covid-19 como depressão, ansiedade e stresse em quase metade da amostra, tendo também maior prevalência em mulheres, estudantes e desempregados.

Não foram encontrados muitas referências ao público infantil. Achterberg et al. (2021) estudaram a relação entre o stresse percebido de crianças e seus pais, curiosamente não encontrando correlação significativa entre eles. No entanto, a hiperreação dos pais (comportamentos externalizados relacionados ao stresse) foi significativamente relacionada ao stresse da criança.

Com a necessidade de impor medidas preventivas rígidas para conter o avanço da doença, como decretos de lockdown, fechamento de comércios não essenciais e escolas, toda a população passou por mudanças drásticas de rotina. Somando-se os estressores associados à pandemia, como ameaças de saúde, inseguranças no emprego, preocupações com a economia nacional e perdas de pessoas queridas (Achterberg et al., 2021; Choi et al., 2020; Park, et al., 2021) - além de considerar o contexto diferencial do Brasil, com sua extensão territorial, grande



desigualdade social e conflitos políticos e científicos (Serafim, et al., 2021) - é de extrema importância que haja um investimento em estratégias de *coping* para minimizar os danos potenciais causados à saúde psicológica da população em geral.

Alguns estudos já mostraram a importância do *coping* ativo como fator protetivo de sofrimento relativo à pandemia, como estratégias de RE, suporte social, manter um estilo de vida saudável e *mindfulness*. Em contrapartida, estratégias mal adaptativas, como o *coping* através de abuso de substâncias, supressão de ansiedade e emoções negativas tendem a ser fatores de risco (Jungmann & Witthöft, 2020; Mestas, et al., 2021; Park, et al., 2021; Petzold, et al., 2020).

Devido à baixa capacidade de controle dos estressores relacionados à Covid-19, muitas das estratégias positivas normalmente usadas e recomendadas estão indisponíveis, como estar em companhia, sair para trabalhar ou ir para a academia. Por esse motivo, certas estratégias de *coping* normalmente consideradas inviáveis, como o uso do humor, distração e religião, também se mostraram efetivas na diminuição do stresse durante esse período (Park, et al., 2021).

A meta-análise feita por Almeda et al. (2021) coletou, através de bases empíricas, as principais estratégias e recomendações internacionais desenvolvidas para lidar com o impacto psicológico da Covid-19. Foi demonstrada, assim, a importância de que as pessoas sejam bem informadas por fontes confiáveis para reduzir incertezas, assim como de se ter à disposição ferramentas práticas que contribuam no gerenciamento da ansiedade e preocupação acerca da doença, além de manter o contato social e um estilo de vida saudável.

A pesquisa de Achterberg et al. (2021) concluiu que estratégias positivas de *coping* dos pais, como a reavaliação positiva, têm consequências positivas para o aumento do vínculo familiar, enquanto estratégias negativas de *coping* dos pais, como a ruminação, estão significativamente associadas ao stresse percebido em pais e crianças. No Brasil, grande parte dos participantes do estudo de Serafim et al. (2021) mostraram utilizar mais estratégias de fuga e evitação, como o aumento de horas de sono, ingestão de alimentos, uso de substâncias e medicações.

## **5.5 Estudo empírico**

### **5.5.1 Pertinência**

Estudos anteriores já demonstraram a relação entre os estilos parentais e diversas dimensões da RE infantil, como a RE cognitiva e a elaboração emocional, de modo que a

promoção da segurança e validação emocional dos filhos, características relativas ao EP autoritativo, tendem a desenvolver maiores níveis de RE na criança (Baker, 2018; Karim et al., 2013; Morris et al., 2007; Pinto et al., 2014; Sanders & Turner, 2018). Além disso, outras pesquisas mostram o impacto das estratégias de RE adotadas pelos pais na RE dos seus filhos, de modo que dificuldades na primeira afetam negativamente a segunda (Bariola et al., 2012; Bessa, 2015)

Algumas pesquisas feitas anteriormente servem de base para o tema, como é o caso de Teixeira (2020), que procurou entender o efeito dos EP's na RE dos pais em uma amostra de pais divorciados portugueses, e de Morelen et al. (2014), que testou um modelo de mediação da relação entre a RE materna e da criança, considerando como variável mediadora os problemas internalizados da mãe. No entanto, a associação específica entre a RE dos pais, a RE das crianças e os EP's ainda não foi estudada. A compreensão sobre este tema é fundamental para o planeamento de medidas que promovam a RE infantil, possibilitando um maior ajustamento da criança.

### ***5.5.2 Objetivos e Problema de Investigação***

O principal objetivo deste estudo é testar o modelo de mediação da RE dos pais, bem como a relevância das circunstâncias atuais, estudando o efeito das variáveis de ansiedade e obsessão inerentes à Covid-19, na relação entre os estilos parentais a RE da criança.

Procuramos, assim, responder ao problema: Qual o efeito dos estilos parentais e da regulação emocional dos pais na regulação emocional da criança em tempos de pandemia Covid-19?

Pretendemos, igualmente, testar o modelo de mediação da regulação emocional dos pais na relação entre os estilos parentais e a regulação emocional de crianças entre os 2 e os 12 anos, bem como a relevância das circunstâncias atuais de ansiedade e obsessão inerentes à Covid-19, na relação entre as variáveis.

Como objetivos específicos, estipulamos: Analisar associação entre os EP's e a RE de pais e crianças; analisar os efeitos de outras variáveis nesta relação, como a idade dos pais, a idade da criança, o sexo da criança, a ansiedade e a obsessão relacionadas à Covid-19.

### ***5.5.3 Delineamento do Estudo***

O estudo possui metodologia quantitativa de corte transversal. A recolha dos dados é feita por meio da versão brasileira de instrumentos psicométricos de autorrelato respondidos

online, em um único momento, por uma amostra não aleatória de pais casados de crianças com idade compreendida entre 2 e 12 anos.

A partir da revisão bibliográfica apresentada, pretende-se responder o problema de investigação através das testagens das seguintes hipóteses:

H1 - O EP autoritativo correlaciona-se positivamente com a regulação emocional da criança.

H2 - O EP permissivo correlaciona-se negativamente com a regulação emocional da criança e positivamente com a labilidade/negatividade emocional da criança.

H3 - O EP autoritário correlaciona-se negativamente com a regulação emocional da criança e positivamente com a labilidade/negatividade emocional da criança.

H4 – Regulação emocional dos pais medeia a relação entre os estilos parentais e a regulação emocional da criança.

H5 – A ansiedade e a obsessão relacionada com a Covid-19 atuam como covariáveis, podendo interferir na relação entre os estilos parentais e a regulação emocional dos pais e da criança.

H6 - A idade e o sexo da criança e a idade dos pais exercem um impacto na regulação emocional da criança.

Baseados em resultados de estudos anteriores que mostram o EP autoritativo como sendo o mais promotor do desenvolvimento da RE infantil (Baker, 2018; Karim et al., 2013; Morris et al., 2007; Pinto et al., 2014; Sanders & Turner, 2018), procuramos confirmar as hipóteses H1, H2 e H3 acerca das correlações entre os EP's e a RE infantil, assim como o poder preditivo dos padrões educativos dos pais na regulação emocional das crianças.

Já tendo sido demonstrada a relevância dos EP's na RE da criança, assim como o impacto das estratégias de RE utilizadas pelos pais na RE da criança (Bariola et al., 2012; Bessa, 2015; Morelen et al., 2014), mas ainda não tendo sido encontrados estudos que associem diretamente essas três variáveis, propomos a hipótese H4 para entender o papel mediador da RE dos pais na relação entre os EP's e a RE da criança.

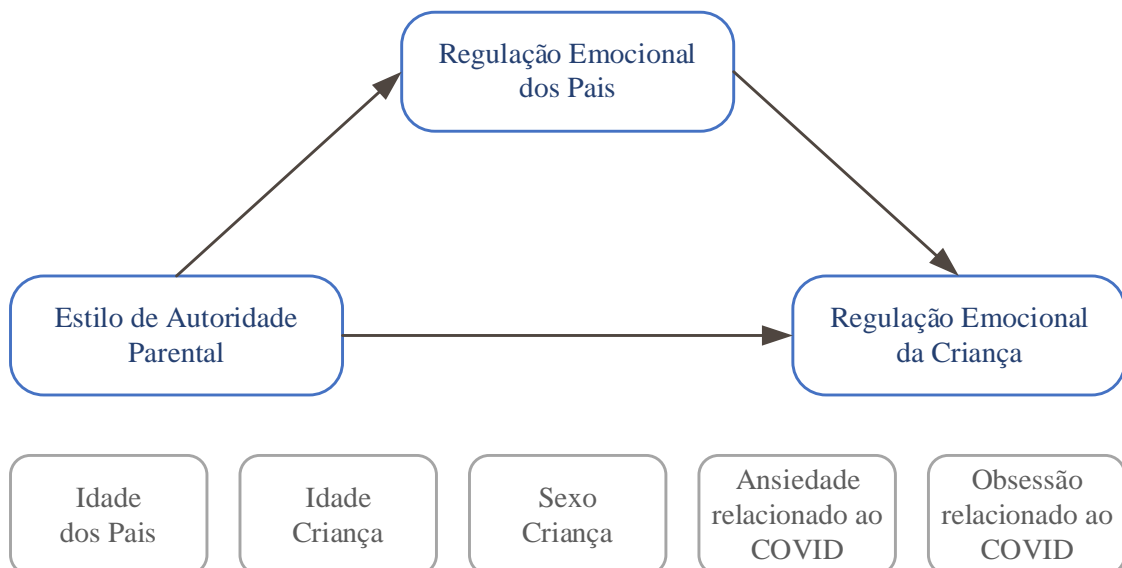
No contexto particular em que a recolha de dados ocorreu, em plena pandemia de Covid-19, assistimos a diversos confinamentos prolongados, encerramento de comércio e serviços não essenciais, empresas, creches, jardins de infância e escolas, migrando para o ambiente digital, obrigando as famílias a conciliar em casa, num só espaço, a vida familiar, laboral, escolar e de lazer. Acresce ainda estressores associados à pandemia, como ameaças de saúde, inseguranças no emprego, preocupações com a economia nacional e perdas de pessoas queridas (Achterberg et al., 2021; Choi et al., 2020; Park, et al., 2021). Não conseguindo eliminar a influência deste

contexto particular, incluímos a hipótese H5 de modo a controlar o efeito das variáveis de ansiedade e obsessão relativas à Covid-19 na relação das variáveis EPs e RE em estudo.

Consideramos, igualmente, as variáveis de critério sexo e idade dos filhos e idade dos pais na H6, pois são apontadas na literatura como relevantes para o desenvolvimento e tipos de estratégias de regulação emocional utilizadas (Bariola et al., 2012; Chang et al., 2003; Karim et al., 2013; Sabatier et al., 2017), minimizando assim o possível enviesamento destas características pessoais na relação entre os estilos parentais e a RE. Na figura 2 apresentamos o desenho do estudo.

**Figura 2.**

*Delineamento do Estudo.*



## **II PARTE**

### **METODOLOGIA**

## 6.1 Participantes

O grupo de participantes foi selecionado de forma não probabilística, em “bola de neve”, recolhendo os dados através da divulgação dos questionários online disponibilizados pela plataforma Google Forms e respondidos por 215 pais lusófonos de crianças entre 2 e 12 anos, em grupos homogêneos, pretendendo-se obter número equivalente por idade e sexo.

Os questionários foram divulgados através de e-mail e de diversas redes sociais. Todos os cuidados com a proteção de dados e preceitos éticos foram cumpridos, assim como a garantia de participação voluntária e de forma anónima, não sendo os dados utilizados para outros fins que não os inerentes aos objetivos do estudo, e os IP's não foram gravados. Os participantes foram informados acerca de todos os procedimentos e objetivos do estudo e assinaram consentimento informado (Anexo A).

Foram estabelecidos como critérios de inclusão o estado civil (casados ou em união de facto), o número de filhos (1 ou mais), a idade dos filhos (entre 2 e 12 anos) e a nacionalidade (brasileira). Além disso, foram eliminados os casos de famílias reconstituídas ou monoparentais para garantir a homogeneidade da amostra e evitar possíveis enviesamentos associados às dinâmicas de outras estruturas familiares.

Dessa forma, a partir das 215 respostas inicialmente obtidas, restaram 143 participantes que se adequaram a estes critérios, sendo a grande maioria do sexo feminino (85.3%), com elevado nível de escolaridade (70.5% com o ensino superior), com idades entre 22 e 57 anos ( $M = 36.3$ ;  $DP = 7.2$ ) (Tabela 1 e Figura 3).

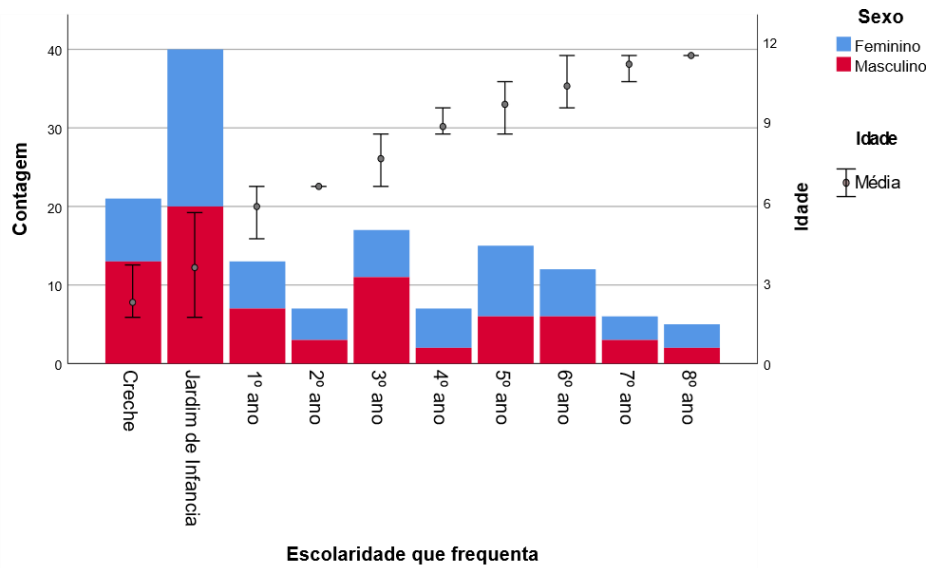
Os filhos têm em média 6.6 anos ( $DP = 3.2$ ), sendo os grupos de meninos (51%) e meninas (49%) aproximadamente do mesmo tamanho, frequentando o 1º ciclo do ensino básico (30,8%) e jardim de infância (28%) e a maior parte possuindo pelo menos um irmão (65,1 %).

**Tabela 1.***Características Sociodemográficas (N = 143)*

Característica	<i>n</i>	%
<b>Sexo dos Pais</b>		
Feminino	122	85.3%
Masculino	21	14.7%
<b>Escolaridade dos Pais</b>		
Ensino Básico (até 4º ano)	1	0.7%
Ensino Básico (até 6º ano)	1	0.7%
Ensino Básico (até o 9º ano)	0	0.0%
Secundário (até 12º ano)	39	27.3%
Bacharelado ou Licenciatura	83	58.1%
Mestrado	11	7.7%
Doutoramento	4	2.8%
Omisso	4	2.8%
<b>Sexo das Crianças</b>		
Feminino	70	49.0%
Masculino	73	51.0%
<b>Escolaridade</b>		
Creche	21	14.7%
Jardim de Infância	40	28.0%
1º ao 4º ano	44	30.8%
5º ao 6º ano	27	18.9%
7º ao 8º ano	11	7.7%
<b>Número de Irmãos</b>		
0	50	35.0%
1	59	41.3%
2	23	16.1%
3	8	5.6%
4	3	2.1%

**Figura 3**

*Distribuição da amostra de filhos por escolaridade com sexo e idade.*



A maioria dos participantes (63.3%) respondeu que não houve nenhum acontecimento marcante que alterou a vida familiar. Porém, dos que responderam ‘sim’ a essa pergunta, a maioria relacionou o acontecimento à pandemia (13.3%), seguido dos conflitos familiares (8,4%) (Tabela 2).

**Tabela 2.**

*Acontecimentos marcantes (N = 143)*

Eventos	n	%
Nenhum	91	63.6%
Conflitos familiares	12	8.4%
Problemas de Saúde mental	2	1.4%
Luto/ Morte de familiares	4	2.8%
Problemas de saúde do próprio ou familiares	5	3.5%
Covid-19	19	13.3%
Nascimento de um filho	2	1.4%
Mudança de Trabalho ou Residência	8	5.6%



## **6.2 Instrumentos**

O trabalho foi desenvolvido com a aplicação de seis instrumentos: o questionário sociodemográfico desenvolvido para o efeito (Anexo C) e quatro questionários psicométricos adaptados para a resposta de pais brasileiros, o PAQ-P – Parental Authority Questionnaire - Parents Report utilizado para avaliar a variável estilos parentais; o QRE – Questionário de Regulação Emocional, utilizado para medir a variável regulação emocional dos pais e a ERC – Emotion Regulation Checklist utilizado para mensurar a Regulação Emocional dos filhos; a CAS – Coronavirus Anxiety Scale para medir a Ansiedade relacionada à Covid-19, e a OCS – Obsession with COVID Scale para identificar a Obsessão associada à Covid-19. Na Tabela 3 apresentamos os valores de consistência interna de todos os instrumentos utilizados, revelando a sua adequação para avaliar as variáveis em questão na amostra em estudo.

### **6.2.1 Questionário Sociodemográfico**

O questionário sociodemográfico objetiva recolher os dados pessoais relevantes para a pesquisa. Ele é desenvolvido para especificar a amostra por meio de perguntas significativas que contribuam na caracterização dos participantes, para isto, quatorze perguntas foram elaboradas visando obter dados relativos aos pais e à criança. As perguntas foram formuladas com intuito de definir a amostra pelas mesmas características apresentadas na validação dos demais instrumentos (

Tabela 3).

### **6.2.2 Questionário PAQ-P – Parental Authority Questionnaire**

O PAQ-P – Parental Authority Questionnaire, com o objetivo de analisar os diferentes estilos parentais propostos por Baumrind (1971), com as três subescalas distintas: Autoritário, quando se visa, por meio de condutas absolutas, avaliar, moldar e controlar o comportamento da criança, ensinando valores clássicos, como respeito pela autoridade; Autoritativo, quando há uma tentativa de orientar as ações da criança, mas com o uso da racionalidade, incentivando a autonomia da criança, através do diálogo, com afeto e atenção às necessidades da criança; e Permissivo, quando existe pouca exigência, limites e normas deixando à criança a regulação do próprio comportamento (Baumrind, 1971).

Os resultados das subescalas são obtidas através do somatório das respostas a 30 perguntas, 10 por EP, numa escala Likert de 1 a 5, onde “Discordo Totalmente” é equivalente a 1 e “Concordo Totalmente” está representado pelo número 5. Como exemplo, a afirmação “Obrigo os meus filhos a fazer coisas que acredito serem correctas, mesmo que eles não

concordem.” é utilizada para definir o EP Autoritário; a questão “Se tomo uma decisão que magoe os meus filhos, estou disposto(a) a conversar com eles e a admitir as minhas falhas” é utilizada para determinar o EP Autoritativo; e a sentença “Acredito que numa família bem estruturada, as crianças devem fazer as coisas à sua maneira” é usada para contabilizar o EP Permissivo.

O PAQ-P foi adaptado e validado para a resposta dos pais portugueses por Pires (2011) e brasileiros Pires et al. (Working Paper), a partir do questionário original de Buri (1991). O questionário apresentou bons níveis de consistência interna: .75 da subescala EP Permissivo; .76 da subescala EP Autoritativo; e .78 da subescala EP Autoritário.

A escala original de resposta dos filhos possui Alpha de Cronbach de .75 (mães) e .74 (pais) da subescala EP Permissivo; .85 (mães) e .87 (pais) da subescala EP Autoritário; e .82 (mães) e .85 (pais) da subescala EP Autoritativo. A adaptação portuguesa de autorresposta dos pais, permitindo comparar com as dos filhos, apresenta igualmente bons valores psicométricos de fiabilidade *split-half* e de consistência interna, com alpha de .46 na primeira metade, .45 na segunda e correlação de .60 entre metades (*Spearman Brown* = .74).

Contudo, no estudo brasileiro, o Alpha de Cronbach apresentado foi de .87 (total), .82 (mães) e .91 (pais) da subescala EP Permissivo; .93 (total), .93 (mães) e .94 (pais) da subescala EP Autoritário; e .86 (total), 0.69 (mães) e 0.61 (pais) da subescala EP Autoritativo.

### **6.2.3 Questionário de Regulação Emocional (QRE)**

O QRE – Questionário de Regulação Emocional é um instrumento que mede duas estratégias comuns utilizadas para a RE: a Supressão de emoções, que está relacionada com a inibição do comportamento expressivo de uma emoção (Gross, 1998 citado por Gross & John, 2003), sendo, portanto, uma estratégia focada na resposta (Gross & John, 2003); e a Reavaliação de emoções, que diz respeito a uma mudança cognitiva de forma a construir uma situação com o potencial de provocar emoções para alterar o seu impacto emocional (Lazarus & Alfert, 1964 citado por Gross & John, 2003), sendo, portanto, uma estratégia focada no antecedente (Gross & John, 2003).

O QRE é originalmente desenvolvido por Gross (1998) e foi adaptado para a população brasileira por Boian, Soares e Lima (2009) e sua validação brasileira foi feita por Batistoni et al. (2012), com base no questionário de mesmo nome elaborado por Gross e John (2003).

As subescalas de Reavaliação Cognitiva e Supressão Emocional são obtidas através de dez perguntas, seis e quatro para cada dimensão respectivamente. Respondidas numa escala Likert de 1 a 5, onde “Nunca” é equivalente a 1 e “Sempre” a 5. Como exemplo, a afirmação

“Quando estou a sentir emoções positivas, tenho cuidado para não as expressar” é utilizada para quantificar a Supressão Emocional; e a afirmação “Quando quero sentir menos emoções negativas, mudo a forma como estou a pensar acerca da situação.” é utilizada para determinar a Reavaliação Cognitiva.

Originalmente, possui Alpha de Cronbach entre .79 da subescala de Reavaliação Cognitiva e .73 da subescala de Supressão Emocional e confiabilidade teste-reteste de .69 das duas subescalas. Na versão brasileira, o Alpha de Cronbach total foi de .73, sendo .75 da subescala de Reavaliação Cognitiva e .69 da subescala de Supressão Emocional, além disso, a confiabilidade teste-reteste total foi de .71, sendo .75 da subescala de Reavaliação e .73 da subescala de Supressão. No presente estudo, o questionário apresentou bons níveis de consistência interna, atingindo .78 para Reavaliação Cognitiva e .77 para a Supressão Emocional.

#### **6.2.4 Questionário ERC – *Emotion Regulation Checklist***

O ERC – Emotion Regulation Checklist objetiva avaliar o nível de RE de crianças através do relato de pais. Para isso, se utiliza de duas subescalas: Regulação Emocional, que mede a expressão das emoções, empatia e autoconsciência emocional; e a Labilidade/Negatividade Emocional, que mede a falta de flexibilidade, desregulação da raiva e labilidade de humor. A subescala Regulação Emocional Total é, portanto, a soma das duas subescalas anteriores (Reis, et al., 2016).

As subescalas de Labilidade/Negatividade Emocional e da Regulação Emocional são obtidas através de vinte e três perguntas, dez e treze para cada dimensão respectivamente. Estas são apresentadas na escala Likert de 1 a 4, onde “Nunca” é equivalente a 1 e “Sempre” é representado pelo número 4. Como exemplo, a afirmação “É uma criança alegre” é utilizada para quantificar a Regulação Emocional; e a afirmação “Fica frustrado/a facilmente.” é utilizada para determinar o nível de Labilidade/Negatividade Emocional. Por fim, a Regulação Emocional Total é obtida da soma da Regulação Emocional e da pontuação inversa da Labilidade/Negatividade Emocional.

Foi adaptado e validado para a cultura brasileira por Reis et al. (2016), a partir do questionário de mesmo nome elaborado por Shields e Cicchetti (1997). Originalmente, possui Alpha de Cronbach total de .89, sendo .96 da subescala de Labilidade/Negatividade Emocional e .83 da subescala de Regulação Emocional, além destas subescalas mostrarem-se intercorrelacionadas ( $r = -0.50, p < 0.001$ ). Na versão brasileira, o Alpha de Cronbach da escala geral foi de .86, sendo .85 da subescala de Labilidade/Negatividade Emocional e .75 da

subescala de Regulação Emocional. No presente estudo apresentou bons níveis de consistência interna, obtendo .78 para Labilidade/Negatividade Emocional, .72 para a Regulação Emocional e .81 para Regulação Emocional Total.

#### **6.2.5 Escala CAS – Coronavirus Anxiety Scale**

O objetivo da CAS – Coronavirus Anxiety Scale criada por Lee (2020) é rastrear de forma rápida casos de ansiedade disfuncional relacionados a esta pandemia (Lee, 2020). Como esta pesquisa foi feita em meio ao período de pandemia, tornou-se imprescindível incluir tal questionário para avaliar o impacto desta na amostra estudada. Pretende assim mensurar a ansiedade associada à covid-19 mediante cinco itens, de resposta numa escala tipo Likert de 4 pontos segundo a frequência em que a pessoa vivenciou as experiências descritas nas últimas duas semanas, sendo o 0 equivalente a nenhuma frequência e o 4 a quase todos os dias. Como exemplo, temos a afirmação “Senti-me zozzo, com tonturas ou desmaiei quando li ou ouvi notícias sobre o coronavírus.”. Para este estudo, foi utilizada a adaptação portuguesa de Pires et al., (2020), já que ainda não havia uma adaptação brasileira. Posteriormente, foi publicada uma validação brasileira da escala por Padovan-Neto et al. (2021).

Originalmente a escala CAS tem um Alpha de Cronbach bastante alto, de .93. Da mesma forma, a validação brasileira também mostrou bons índices de consistência, com um Alpha de .84.

#### **6.2.6 Escala OCS – Obsession with Covid Scale**

O objetivo da escala OCS – Obsession with Covid Scale também criada por Lee (2020) é medir de forma rápida os casos de pensamentos persistentes e perturbadores associados à pandemia (Lee, 2020). Esta escala possui quatro itens que descrevem sintomas de pensamentos obsessivos relacionados à Covid-19, com resposta numa escala tipo Likert de quatro pontos que mede a frequência em que a pessoa vivenciou as experiências descritas nas últimas duas semanas, sendo o 0 equivalente a nenhuma frequência e o 4 a quase todos os dias. Como exemplo, temos a afirmação: “Tive pensamentos perturbadores de que poderia ter contraído o coronavírus.”.

A obsessão com relação à Covid-19 foi mais uma variável importante para analisar o impacto da pandemia na amostra estudada. Foi utilizada a adaptação de Portugal de Pires et al., (2020) para este estudo por não haver ainda uma adaptação brasileira. Posteriormente, foi publicada uma validação brasileira com uma grande amostra de estudantes universitários por Andrade et al. (2021).

Tanto o estudo original como a validação brasileira possuem bons índices de consistência interna, tendo originalmente um Alpha de Cronbach de .84 a .85 e na validação brasileira de .78.

**Tabela 3.**

*Valores de Consistência Interna das Medidas (N = 143)*

Subescalas	$\alpha$ de Cronbach		
	Original	Validação	Estudo
PAQ	Buri (1991)	Pires et al. (Working paper)	
E.P. Permissivo	.75 / .74	.87 / .82 / .92	.75
E.P. Autoritativo	.85 / .87	.93 / .93 / .94	.76
E.P. Autoritário	.82 / .85	.86 / .87 / .84	.78
QRE	Boian et al. (2009)	Batistoni et al. (2012)	
Reavaliação Cognitiva	.79	.75	.78
Supressão Emocional	.73	.69	.77
ERC	Shields & Cicchetti (1997)	Reis et al. (2016)	
Labilidade Emocional	.96	.85	.78
Regulação Emocional	.83	.79	.72
Regulação Emocional Total	.89	.86	.81
CAS	Lee (2020)	Podovan-Neto et al. (2021)	
	.93	.84	.86
OCS	Lee (2020)	Andrade et al. (2021)	
	.84 a .85	.78	.87

**6.3 Procedimentos**

O estudo integra o projeto de investigação “Funcionamento Familiar, Coparentalidade e Ajustamento da Criança: Estudo Comparativo Intercultural” em curso no centro de Investigação em Psicologia (CIP) da Universidade. Incluindo novas variáveis, foi sujeito à apreciação e respetiva aprovação da Comissão de Ética do Centro de Investigação. Em seguida, os questionários foram inseridos na plataforma Google Forms, respeitando as normas de adaptação para a população brasileira. O estudo foi divulgado através de e-mails e redes sociais

durante o período de fevereiro a outubro de 2021, o qual foram transpostos para o software Excel e posteriormente para o Software SPSS (v. 26) (IBM. Inc.).

#### **6.4 Estratégia de Análise de Dados**

Os dados foram inseridos em base de dados e analisados com recurso ao software SPSS 26 (IBM, Inc.) e ao complemento PROCESS 4.0 (Andrew F. Hayes) como *macro* (rotina) no programa para análises posteriores.

Foi realizada a verificação dos dados, análise de *missings*, *outliers* e adequação dos instrumentos à amostra em estudo. Após cálculo das subescalas em função dos seus respetivos questionários, uma transformação da amostra foi realizada para todas as subescalas, a fim de traduzir as distintas escalas de Likert de cada subescala e alocá-las num intervalo padrão entre 0 e 100, definindo, assim, os dados a serem utilizados na análise.

Por fim, demos início à análise de dados, na qual as hipóteses foram testadas assumindo o nível de significância de .05, com um intervalo de confiança de 95%, comumente utilizado em estudos de psicologia, como critério de aceitação ou rejeição.

Para a avaliação dos dados, executa-se a função de análise descritiva no software SPSS para as informações sociodemográficas e para as subescalas, através do qual é possível encontrar os valores de frequências absolutas e relativas, médias, desvio-padrão e variância. Os Alfas de Cronbach das subescalas foram calculados e comparados aos seus respectivos artigos de origem e às suas validações, de modo a verificar a sua adequação à amostra em estudo.

Posteriormente, a análise inferencial foi implementada em todas as subescalas, sendo utilizado o coeficiente de correlação de Pearson bicaudal, com um nível de significância em  $p \leq .05$  para a rejeição da hipótese nula, possibilitando a avaliação da correlação entre variáveis. Com base nessas informações, foi determinado os estudos de regressão linear, onde observou-se os coeficientes produzidos, o diagnóstico de colinearidade (através do VIF e da tolerância) e a independência dos resíduos (por meio do teste de Durbin-Watson).

Em função dos resultados obtidos, uma análise adicional com modelos de mediação foi realizada, levando-se em consideração os efeitos diretos, indiretos e totais em abordagem baseada em *bootstrap* com intervalos de confiança obtidos através de 10.000 amostras para um nível de confiança de 95%. A significância destes modelos é válida quando o intervalo de confiança apresentado pela análise não contém o zero, valor nulo.

### **III PARTE**

## **RESULTADOS**

## 7.1 Estatística Descritiva das Variáveis em Estudo

Visando compreender melhor a amostra coletada é possível estudar os dados em três categorias distintas: as informações sociodemográficas (apresentadas no item 2.2), as respostas dos questionários apresentados e as subescalas destes instrumentos.

Os resultados obtidos no questionário PAQ-P tiveram uma maior média de respostas para a subescala de EP Autoritativo ( $M = 88.3$ ;  $DP = 8.8$ ), que também apresentou menor variabilidade ( $Variância = 77.1$ ), a maior variabilidade foi encontrada no EP Autoritário ( $Variância = 178.7$ ).

No questionário QRE, a subescala com maior média foi a de Reavaliação Cognitiva ( $M = 73.4$ ;  $DP = 16.5$ ), enquanto a subescala de Supressão Emocional obteve maior variabilidade ( $Variância = 475.0$ ).

No questionário ERC, a subescala com maior média foi a de Regulação Emocional ( $M = 85.1$ ;  $DP = 10.1$ ). Os resultados com maior variabilidade foram os da subescala de Labilidade/Negatividade Emocional ( $Variância = 146.3$ ) e a menor variabilidade foi encontrada na subescala Regulação Emocional Total ( $Variância = 87.4$ ).

## 7.2 Verificação das Hipóteses

Com o objetivo de testar as hipóteses H1, H2 e H3, foi utilizado o coeficiente de correlação de Pearson bicaudal, a partir do qual é possível identificar as correlações entre os EP's e a RE da criança, assim como as restantes correlações entre os instrumentos, que foram utilizadas como base para determinar os estudos de regressão linear e os modelos de mediação (Tabela 4).



**Tabela 4.***Correlações Pearson Bicaudal para todos os casos entre as Subescalas (N = 143)*

Subescalas	PAQ			QRE		CAS	OCS	ERC		
	PER	ATV	AUT	REA	SUP			LAB	REG	RET
PAQ PER	--									
PAQ ATV	-.212*	--								
PAQ AUT	-0.073	-0.091	--							
QRE REA	-0.040	0.034	.166*	--						
QRE SUP	0.121	0.098	.351***	.246**	--					
CAS	.307***	-0.076	-0.111	-0.015	0.134	--				
OCS	.211*	-0.130	-0.001	-0.020	.165*	.690***	--			
ERC LAB	.166*	0.005	0.139	0.006	.204*	.221**	.201*	--		
ERC REG	-.169*	.260**	-.183*	0.003	-.206*	-0.121	-.130	.359**	--	
ERC RET	-.201*	0.118	-.187*	-0.003	-.246**	-.218**	-.208*	-.899**	.731**	--
Idade Pais	-.089	-.005	-.049	.111	-.032	-.047	-.186*	-.204*	.051	.173*
Idade Criança	-.110	.073	.031	.063	.063	.016	-.123	-.187*	-.238**	.025
Sexo Criança	-.111	.014	.064	.047	.074	-.027	-.001	.030	.115	.032
M	39.7	88.3	55.9	73.4	49.6	16.0	26.8	31.2	85.1	75.9
DP	11.3	8.8	13.4	16.5	21.8	21.2	26.7	12.1	10.1	9.3
Variância	128.4	77.1	178.7	272.3	475.0	451.1	713.5	146.3	101.4	87.4

\* $p \leq .05$ , bicaudal. \*\* $p \leq .01$ , bicaudal. \*\*\* $p \leq .001$ , bicaudal

Nota. EP Permissivo (PAQ PER), EP Autoritativo (PAQ ATV), EP Autoritário (PAQ AUT), Reavaliação Cognitiva (QRE REA), Supressão Emocional (QRE SUP), Labilidade/Negatividade Emocional (ERC LAB), Regulação Emocional (ERC REG) e Regulação Emocional Total (ERC TOT).

### 7.2.1 *Estilos Parentais como Preditores da Regulação Emocional da Criança*

A partir das correlações e com o intuito de analisar as hipóteses H1, H2 e H3 procuramos identificar o valor preditivo dos EP's e da RE dos pais na RE dos filhos, através da regressão linear para cada uma das subescalas da regulação infantil, onde o Modelo 1 busca prever a Labilidade/Negatividade Emocional, o Modelo 2 a Regulação Emocional e o Modelo 3 a Regulação Emocional Total como variáveis dependentes, o resumo destes resultados será apresentado na Tabela 8.

Inicialmente, foi introduzido um modelo de regressão linear hierárquico entre a Labilidade/Negatividade Emocional da criança (como variável dependente) e todos os parâmetros com os quais ela apresentou correlações anteriormente como variáveis independentes, sendo estes o EP Permissivo, a dimensão de Supressão Emocional dos pais, a Idade da Criança, a Idade dos Pais, o CAS e o OCS (Tabela 5).

Para identificar melhor a relevância e a significância única de cada preditor apresentada pela regressão hierárquica, observa-se as modificações na significância de  $F$  ( $\Delta p$  de  $F$ ) e as modificações no  $R^2$  ( $\Delta R^2$ ). Na primeira iteração do modelo 1, observamos a pertinência do preditor EP Permissivo ( $\Delta R^2 = .03$ ,  $\Delta p$  de  $F = .05$ ) indicando que esta dimensão é capaz de justificar uma parcela de 3% das variâncias na Labilidade da criança.

Contudo, na segunda iteração, a significância deste coeficiente cai após a entrada do preditor Supressão Emocional dos pais ( $\Delta R^2 = .03$ ,  $\Delta p$  de  $F = .03$ ), uma indicação matemática de que a contribuição do EP Permissivo não era singular e poderia ser igualmente representada pela dimensão da Supressão Emocional dos pais.

Já na terceira iteração, com a entrada do CAS ( $\Delta R^2 = .03$ ,  $\Delta p$  de  $F = .05$ ), houve uma contribuição singular para predição da dimensão ERC Labilidade, no entanto o mesmo não aconteceu quando da entrada do OCS ( $\Delta R^2 < .001$ ,  $\Delta p$  de  $F = .53$ ) que, além de não ser significativo para o novo modelo, demonstrou contribuir uma parcela similar ao CAS, haja vista que a contribuição singular deste não era mais significativa na quarta iteração, algo que poderia ser esperado ao observar a forte correlação do CAS e o OCS apresentados (Tabela 4).

Por fim, a Idade dos Pais ( $\Delta R^2 = .03$ ,  $\Delta p$  de  $F = .03$ ) adiciona um fator preditivo válido ao modelo em sua quinta iteração, contribuição que se correlacionou com a Idade das Crianças ( $\Delta R^2 = .01$ ,  $\Delta p$  de  $F = .15$ ), como apresentada na sexta e última iteração do modelo. De forma geral, é possível elencar que as contribuições das dimensões Supressão Emocional dos pais, CAS e Idade das Crianças foram as mais distintas para identificação da dimensão Labilidade/Negatividade Emocional da Criança.

Assim, esse modelo (Tabela 5) pode ser considerado estatisticamente significativo [ $F_{(6, 136)} = 3.53, p = .003, R^2 = .13$ ], de modo que, como um grupo, esses preditores são responsáveis por 13% da variância da Labilidade/Negatividade da criança.

No entanto, ao considerar os preditores individualmente, somente a Supressão dos pais apresentou uma variância capaz de justificar de forma única a variância na Labilidade da criança, sendo esta considerada estatisticamente significativa. Isso pode significar que os demais preditores apresentaram algum nível de correlação, de modo que não predizem de uma forma individual a variável dependente.

Da mesma forma, o modelo de regressão linear para a Regulação Emocional da criança como variável dependente foi testado com os parâmetros do EP Autoritativo, EP Autoritário, EP Permissivo, Supressão Emocional dos pais e Idade da Criança como variáveis independentes, com os quais apresentou correlações anteriormente (Tabela 6).

De forma equivalente ao modelo anterior, executou-se uma regressão hierárquica para identificar a relevância e significância dos preditores em explicar de forma única a variância da subescala Regulação Emocional da criança. Na primeira iteração, introduziu-se o EP Permissivo ( $\Delta R^2 = .03, \Delta p$  de  $F = .04$ ), apesar de significativo, é possível observar que suas contribuições também não foram singulares, dado que a segunda iteração da regressão hierárquica comprova que o preditor EP Autoritativo ( $\Delta R^2 = .05, \Delta p$  de  $F = .01$ ) contribuiu a mesma parcela que o EP Permissivo, sendo ainda capaz de agregar um fator preditivo único ao modelo.

Na terceira iteração, há a implementação do preditor EP Autoritário ( $\Delta R^2 = .03, \Delta p$  de  $F = .03$ ) que, apesar de se apresentar significativo a priori, teve suas contribuições, antes únicas, abrangidas pela introdução da variável da Supressão dos pais ( $\Delta R^2 = .03, \Delta p$  de  $F = .04$ ). Ao fim, na quinta iteração, a Idade da Criança ( $\Delta R^2 = .07, \Delta p$  de  $F < .001$ ) demonstrou uma relevância alta para identificar a Regulação Emocional da criança, mas, ao analisar contribuições singulares de cada preditor, fica claro como o EP Autoritativo, a Supressão Emocional dos pais e a Idade da Criança apresentaram contribuições semelhantes.

**Tabela 5.***Modelo 1 - Regressão linear hierárquica para predição de Labilidade Emocional*

Variáveis	B	95% IC para B		DP	$\beta$	$R^2$	$\Delta R^2$	F	$\Delta F$	$\Delta p$ de F
		Inferior	Superior							
Passo 1						0.03	0.03	4.02*	4.02	0.05
Constante	24,20**	16,97	31,43	3,66						
PAQ Permissivo	0,18*	0,00	0,35	0,09	0,17*					
Passo 2						0.06	0.03	4.63*	5.13	0.03
Constante	20,02**	12,01	28,03	4,05						
PAQ Permissivo	0,15	-0,02	0,33	0,09	0,14					
QRE Supressão	0,10*	0,01	0,19	0,05	0,19*					
Passo 3						0.09	0.03	4.46**	3.91	0.05
Constante	21,05**	13,06	29,05	4,04						
PAQ Permissivo	0,10	-0,08	0,28	0,09	0,09					
QRE Supressão	0,09*	0,00	0,18	0,05	0,17*					
CAS	0,10*	0,00	0,19	0,05	0,17*					
Passo 4						0.09	0.00	3.43*	0.39	0.53
Constante	20,75**	12,69	28,82	4,08						
PAQ Permissivo	0,10	-0,08	0,28	0,09	0,09					
QRE Supressão	0,09*	0,00	0,18	0,05	0,16*					

CAS	0,07	-0,06	0,20	0,07	0,12					
OCS	0,03	-0,07	0,13	0,05	0,07					
<b>Passo 5</b>						0.12	0.03	3.79**	4.87	0.03
Constante	32,37**	19,27	45,47	6,63						
PAQ Permissivo	0,08	-0,09	0,26	0,09	0,08					
QRE Supressão	0,09*	0,00	0,18	0,05	0,17*					
CAS	0,09	-0,04	0,22	0,07	0,15					
OCS	0,01	-0,09	0,11	0,05	0,02					
Idade Pais	-0,29*	-0,56	-0,03	0,13	-0,18*					
<b>Passo 6</b>						0.13	0.01	3.53**	2.08	0.15
Constante	32,13**	19,07	45,19	6,60						
PAQ Permissivo	0,07	-0,11	0,25	0,09	0,07					
QRE Supressão	0,10*	0,01	0,19	0,05	0,18*					
CAS	0,10	-0,03	0,23	0,07	0,17					
OCS	0,00	-0,10	0,10	0,05	0,00					
Idade Pais	-0,19	-0,49	0,11	0,15	-0,12					
Idade Criança	-0,50	-1,19	0,19	0,35	-0,14					

Nota. \*p ≤ .05, bicaudal. \*\*p ≤ .01, bicaudal.

Sucintamente, é possível dizer que a contribuição do EP Autoritativo e da Idade da Criança foram as mais distintas na predição da Regulação Emocional da criança, e que a contribuição da dimensão da Supressão Emocional dos pais foi relevante, ainda que se correlacione fortemente com a contribuição do preditor Idade da Criança.

O Modelo 2 (Tabela 6) também foi estatisticamente significativo [ $F_{(5, 137)} = 7.0, p < .001, R^2 = .20$ ], de modo que, em conjunto, esses preditores são responsáveis por 20% da variância da Regulação Emocional da criança. Neste caso, ao considerar as variáveis independentes individualmente, é possível observar que as variáveis EP Autoritativo ( $p = .002$ ) e Idade da Criança ( $p = .001$ ) apresentaram uma quantidade de variância única e foram estatisticamente significativas, portanto, são preditores importantes para Regulação Emocional da criança (Tabela 6).

Por fim, foi testado um terceiro modelo de regressão linear entre a Regulação Emocional Total da criança como variável dependente e os parâmetros com os quais se correlacionou anteriormente como variáveis independentes, sendo estes o EP Autoritário, o EP Permissivo, a Supressão Emocional dos pais, a Idade dos Pais, o CAS e o OCS (Tabela 7). Neste último modelo de regressão hierárquica analisado, há novamente a intenção de identificar as variáveis com maior capacidade de definir de forma singular a variável dependente, Regulação Emocional Total da criança, resultante do somatório de ambas as subescalas, Regulação Emocional e Labilidade.

Introduzimos o EP Permissivo ( $\Delta R^2 = .04, \Delta p$  de  $F = .02$ ) seguido do EP Autoritário ( $\Delta R^2 = .04, \Delta p$  de  $F = .01$ ). Ambos apresentaram significância única até a introdução da dimensão da Supressão Emocional dos pais ( $\Delta R^2 = .04, \Delta p$  de  $F = .05$ ) e do CAS ( $\Delta R^2 = .03, \Delta p$  de  $F = .04$ ). O que fica evidenciado a partir da quarta iteração é que as contribuições de EP Permissivo e do CAS são similares e, novamente, as contribuições da dimensão da Supressão dos pais e do EP Autoritário apresentam contribuições para a Regulação Emocional Total da criança.

Por fim, adicionou-se o OCS ( $\Delta R^2 < .001, \Delta p$  de  $F = .55$ ) e a Idade dos Pais ( $\Delta R^2 = .02, \Delta p$  de  $F = .09$ ), que não apresentaram uma contribuição significativa. Um resumo da regressão hierárquica é que o CAS e a Supressão dos pais apresentaram-se como os preditores com as maiores contribuições singulares na predição da Regulação Emocional Total da criança.

O Modelo 3 (Tabela 7) também foi considerado estatisticamente significativo [ $F_{(6, 136)} = 4.11, p < .001, R^2 = .15$ ], de modo que, como um grupo, esses preditores são responsáveis por justificar 15% da variância da Regulação Emocional Total da criança.

**Tabela 6***Modelo 2 - Regressão linear hierárquica para predição de Regulação Emocional*

Variáveis	B	95% IC para B		DP	$\beta$	$R^2$	$\Delta R^2$	F	$\Delta F$	$\Delta p$ de F
		Inferior	Superior							
Passo 1						0.03	0.03	4.12*	4.12	0.04
Constante	91,05**	85,03	97,07	3,04						
PAQ Permissivo	-0,15**	-0,30	0,00	0,07	-0,17**					
Passo 2						0.08	0.05	5.19**	8.05	0.01
Constante	65,45**	46,67	84,22	9,50						
PAQ Permissivo	-0,11	-0,25	0,04	0,07	-0,12					
PAQ Autoritativo	0,27**	0,08	0,46	0,10	0,24**					
Passo 3						0.11	0.03	5.77***	4.62	0.03
Constante	75,30**	54,66	95,94	10,44						
PAQ Permissivo	-0,12	-0,26	0,02	0,07	-0,14					
PAQ Autoritativo	0,25**	0,06	0,43	0,09	0,22**					
PAQ Autoritário	-0,13*	-0,25	-0,01	0,06	-0,17*					

Passo 4						0.14	0.03	5.53***	4.37	0.04
Constante	72,19**	51,59	92,80	10,42						
PAQ Permissivo	-0,09	-0,24	0,06	0,07	-0,10					
PAQ Autoritativo	0,28**	0,10	0,47	0,09	0,25**					
PAQ Autoritário	-0,08	-0,21	0,05	0,07	-0,10					
QRE Supressão	-0,08	-0,16	0,00	0,04	-0,18*					
Passo 5						0.20	0.07	6.99***	11.21	0.00
Constante	76,97**	56,88	97,05	10,16						
PAQ Permissivo	-0,12	-0,26	0,03	0,07	-0,13					
PAQ Autoritativo	0,30**	0,11	0,48	0,09	0,26**					
PAQ Autoritário	-0,08	-0,20	0,05	0,06	-0,10					
QRE Supressão	-0,08	-0,15	0,00	0,04	-0,16					
Idade Criança	-0,80	-1,27	-0,33	0,24	-0,26					

Nota. \* $p \leq .05$ , bicaudal. \*\* $p \leq .01$ , bicaudal. \*\*\* $p \leq .001$ , bicaudal.



**Tabela 7.***Modelo 3 - Regressão linear hierárquica para predição de Regulação Emocional Total*

Variáveis	B	95% IC para B		DP	$\beta$	$R^2$	$\Delta R^2$	F	$\Delta F$	$\Delta p$ de F
		Inferior	Superior							
Passo 1						0.04	0.04	5.92*	5.92	0.02
Constante	82,43**	76,88	87,98	2,81						
PAQ Permissivo	-0,17*	-0,30	-0,03	0,07	-0,20					
Passo 2						0.08	0.04	6.19**	6.24	0.01
Constante	90,84**	82,24	99,45	4,35						
PAQ Permissivo	-0,18*	-0,31	-0,05	0,07	-0,22					
PAQ Autoritário	-0,14*	-0,25	-0,03	0,06	-0,20					
Passo 3						0.11	0.03	5.55***	4.02	0.05
Constante	91,24**	82,72	99,77	4,31						
PAQ Permissivo	-0,16*	-0,29	-0,02	0,07	-0,19					
PAQ Autoritário	-0,10	-0,22	0,02	0,06	-0,14					
QRE Supressão	-0,07*	-0,15	0,00	0,04	-0,17					
Passo 4						0.13	0.03	5.31***	4.21	0.04
Constante	91,30**	82,87	99,73	4,26						
PAQ Permissivo	-0,12	-0,25	0,02	0,07	-0,14					
PAQ Autoritário	-0,12	-0,23	0,00	0,06	-0,16					

QRE Supressão	-0,06	-0,14	0,01	0,04	-0,15
CAS	-0,08	-0,15	0,00	0,04	-0,17

---

Passo 5

Constante	91,39**	82,93	99,84	4,28	
PAQ Permissivo	-0,12	-0,25	0,02	0,07	-0,14
PAQ Autoritário	-0,11	-0,23	0,01	0,06	-0,16
QRE Supressão	-0,06	-0,14	0,01	0,04	-0,14
CAS	-0,06	-0,16	0,04	0,05	-0,13
OCS	-0,02	-0,10	0,05	0,04	-0,07

---

0.14    0.00    4.30\*\*\*    0.36    0.55

---

Passo 6

Constante	84,40**	72,68	96,12	5,93	
PAQ Permissivo	-0,11	-0,24	0,03	0,07	-0,13
PAQ Autoritário	-0,11	-0,23	0,01	0,06	-0,16
QRE Supressão	-0,06	-0,14	0,01	0,04	-0,15
CAS	-0,07	-0,17	0,03	0,05	-0,15
OCS	-0,01	-0,09	0,07	0,04	-0,03
Idade Pais	0,17	-0,03	0,37	0,10	0,14

---

0.15    0.02    4.11\*\*\*    2.86    0.09

---

\*p ≤ .05, bicaudal. \*\*p ≤ .01, bicaudal.

No entanto, ao considerar as variáveis independentes individualmente, nenhuma delas apresentou uma variância cuja contribuição fosse única na predição da variável dependente para serem consideradas estatisticamente significativas, ou seja, nenhuma delas apresentou uma contribuição significativa que outro destes coeficientes não fosse capaz de oferecer. Assim, esses parâmetros provavelmente apresentam algum nível de correlação (Tabela 7).

Um sumário é apresentado na Tabela 8, onde o Modelo 1 busca prever a subescala da Labilidade/Negatividade Emocional, o Modelo 2 a subescala Regulação Emocional e o Modelo 3 a subescala da Regulação Emocional Total como variáveis dependentes. Verifica-se que somente o EP Autoritativo apresentou uma capacidade de predição singular na RE dos filhos, cuja contribuição não pode ser explicada pela RE dos pais. Isto é um reflexo das correlações descritas nas H1, H2 e H3. Ademais, as contribuições promovidas pelos EP são equiparáveis, como descrito nas regressões lineares hierárquicas, às contribuições providas pela RE dos pais.

**Tabela 8.**

*Sumário das Regressões Lineares*

	Modelo 1			Modelo 2			Modelo 3		
	<i>B</i>	$\beta$	<i>DP</i>	<i>B</i>	$\beta$	<i>DP</i>	<i>B</i>	$\beta$	<i>DP</i>
Constante	32.13**		6.60	76.96		10.16	84.40**		53.92
PAQ Permissivo	.07	.07	.09	-.11	-.13	.07	-.11	-.13	.07
PAQ Autoritativo				.30**	.26	.09			
PAQ Autoritário				-.08	-.10	.06	-.11	-.15	.06
QRE Supressão	.10*	.18	.04	-.07	-.16	.04	-.06	-.15	.04
QRE Reavaliação									
CAS	.10	.17	.06				-.07	-.15	.05
OCS	.00	.00	.05				-.01	-.03	.04
Idade dos Pais	-.19	-.12	.15				.17	.14	.10
Idade da Criança	-.50	-.13	.35	-.80	-.26	.24			
<i>R</i> <sup>2</sup>	.135	.097	11.49	.203	.174	9.15	.154	.116	8.79
<i>F</i>	3.53			6.99			4.11		
<i>p</i>	.003			.000			.001		
Durbin-Watson	1.87			1.85			1.88		

\* $p \leq .05$ , bicaudal. \*\* $p \leq .01$ , bicaudal.

H1 - O EP autoritativo correlaciona-se positivamente com a Regulação Emocional da criança.

Os resultados da análise da correlação de Pearson demonstram que o EP Autoritativo se correlaciona de forma positiva e estatisticamente significativa com a dimensão da Regulação Emocional da Criança ( $r = .260$ ;  $p = .002$ ). Nesse sentido, quanto mais Autoritativos são os pais, maior é a RE dos filhos. Apesar de não terem sido encontradas outras correlações significativas com as demais subescalas deste instrumento, estes dados já são suficientes para confirmar de forma satisfatória a primeira hipótese.

Nessa perspectiva, ao considerar o segundo modelo de regressão, de acordo com as análises das variáveis independentes individualmente, é possível observar que o EP Autoritativo ( $B = .296$ ;  $p = .002$ ) apresentou uma quantidade de variância única e foi estatisticamente significativo, portanto, capaz de prever a Regulação Emocional da criança (Tabela 6).

H2 - O EP permissivo correlaciona-se negativamente com a Regulação Emocional da criança e positivamente com a Labilidade/Negatividade Emocional da criança.

O EP Permissivo foi o único que se correlacionou significativamente com todas as dimensões do ERC da criança. Portanto, teve uma correlação positiva com a dimensão de Labilidade/Negatividade Emocional da criança ( $r = .166$ ;  $p = .047$ ) e negativa com as dimensões de Regulação Emocional da criança ( $r = -.169$ ;  $p = .044$ ) e Regulação Emocional Total da criança ( $r = -.201$ ;  $p = .016$ ). Nesse sentido, observa-se que, à medida que os pais são mais permissivos, maior será a Labilidade/Negatividade Emocional dos seus filhos e menor serão os parâmetros tanto da Regulação Emocional como da Regulação Emocional Total das crianças. Assim, confirma-se também a segunda hipótese.

No entanto, não foi possível identificar de maneira mais elaborada essas correlações, já que as análises de regressão linear e do modelo de mediação não obtiveram resultados em que a contribuição do EP Permissivo foi distinta.

H3 - O EP autoritário correlaciona-se negativamente com a Regulação Emocional da criança e positivamente com a Labilidade/Negatividade Emocional da criança.

O EP Autoritário encontra-se negativamente correlacionado de forma estatisticamente significativa com as dimensões de Regulação Emocional da criança ( $r = -.183$ ;  $p = .028$ ) e Regulação Emocional Total da criança ( $r = -.187$ ;  $p = .025$ ). Assim, ainda que não tenham sido encontradas correlações deste EP com a subescala de Labilidade/Negatividade emocional, estes resultados já indicam a confirmação da terceira hipótese, já que, quanto mais autoritários são os pais, menores são a Regulação Emocional e Regulação Emocional Total dos filhos.

No entanto, quando submetidas ao modelo de regressão linear hierárquico, não apresentarem a significância almejada no modelo final - indicando que o EP Autoritário não exerce uma função preditiva singular para a RE da criança.

### 7.2.2 *Regulação Emocional dos Pais como Mediadora entre Estilos Parentais e Regulação Emocional da Criança*

A fim de testar a H4, procedemos à verificação do efeito de interação entre variáveis de RE dos pais e EP para a RE das crianças. Esta análise também permitirá explicar as correlações em que não foi encontrado um efeito direto na regressão linear. Os modelos de mediação foram testados em seus efeitos diretos, indiretos e totais.

Nesse sentido, considerou-se o EP Autoritário como Variável Independente, a dimensão de Supressão Emocional do QRE como Variável Mediadora e as três dimensões do ERC – Labilidade/Negatividade Emocional; Regulação Emocional e Regulação Emocional Total – como Variáveis Dependentes, identificando como covariáveis as subescalas CAS e OCS e as variáveis sociodemográficas referentes à Idade da Criança, Idade dos Pais e Sexo da Criança.

A significância destes modelos foi obtida numa análise *bootstrap* efetuada com 10.000 amostras num intervalo de confiança de 95%, o efeito indireto da variável independente na variável dependente pode ser visto na Tabela 9.

**Tabela 9.**

*Modelos de Mediação entre EP Autoritário, Supressão Emocional e subescalas da RE*

Modelos	Variável Independente	Variável Mediadora	Variável Dependente	Efeito Indireto	95% IC
Modelo de Mediação					
1	PAQ AUT	QRE SUP	ERC RET	-.044	[-0.95, -0.05]
2	PAQ AUT	QRE SUP	ERC REG	-.036	[-0.086, 0.009]
3	PAQ AUT	QRE SUP	ERC LAB	.051	[0.001, 0.119]

*Nota.* Em todos os modelos, as variáveis sociodemográficas e de Ansiedade e Obsessão com a Covid-19 foram implementados como covariáveis.

Tendo em vista que somente o Modelo 1 e o Modelo 3 apresentaram significância, os efeitos destes são apresentados na Tabela 10 e **Erro! Fonte de referência não encontrada.** respectivamente, e seus resultados de *bootstrap* para os preditores em função da variável mediadora e da dependente são apresentados na Tabela 11 e Tabela 13, respectivamente.

**Tabela 10.***Efeitos do Modelo de Mediação 1*

Tipo	Efeito	DP	t	p	95% IC
Total	-.140	.057	-2.47	.015	[-0.2, -0.02]
Direto	-.096	.060	-1.59	.113	[-0.2, 0.02]
Indireto	-.044	.023	-	-	[-0.1, -0.0]

**Tabela 11.***Resultados do Bootstrap no Modelo de Mediação 1*

Variável	Coeficiente	M	DP	95% IC
Variável Mediadora (QRE Supressão)				
Constante	3.47	3.63	10.47	[-16.2, 24.7]
Autoritário	0.59	0.59	0.14	[0.3, 0.8]
Idade da Criança	1.80	1.77	2.64	[-3.4, 7.0]
Idade dos Pais	1.01	1.03	3.00	[-5.1, 6.6]
Sexo da Criança	2.57	2.57	3.49	[-4.1, 9.5]
Ansiedade	0.11	0.11	0.13	[-0.1, 0.4]
Obsessão	0.09	0.08	0.10	[-0.1, 0.3]
Variável Dependente (ERC Regulação Emocional Total)				
Constante	80.60	80.78	4.56	[72.0, 90.0]
Autoritário	-0.10	-0.10	0.06	[-0.2, 0.02]
Supressão	-0.07	-0.08	0.03	[-0.1, -0.0]
Idade da Criança	-0.46	-0.41	1.03	[-2.5, 1.5]
Idade dos Pais	2.66	2.60	1.29	[0.1, 5.1]
Sexo da Criança	1.30	1.06	1.44	[-1.7, 4.0]
Ansiedade	-0.09	-0.09	0.05	[-0.2, 0.01]
Obsessão	-0.004	-0.005	0.04	[-0.1, 0.1]

*Nota.* A significância do modelo é obtida numa análise *bootstrap*. efetuada com 10.000 amostras em um intervalo de confiança de 95%.

**Tabela 12.***Efeitos do Modelo de Mediação 3*

Tipo	Efeito	DP	t	p	95% IC
Total	.14	.07	1.885	.06	[-0.01, 0.3]
Direto	.09	.08	1.125	.26	[-0.1, 0.2]
Indireto	.05	.03	-	-	[0.0, 0.1]

**Tabela 13.***Resultados do Bootstrap no Modelo de Mediação 3*

Variável	Coeficiente	M	DP	95% IC
Variável Mediadora (QRE Supressão)				
Constante	3.47	3.63	10.47	[-16.2, 24.7]
Autoritário	0.59	0.59	0.14	[0.3, 0.8]
Idade da Criança	1.80	1.77	2.64	[-3.4, 7.0]
Idade dos Pais	1.01	1.03	3.00	[-5.1, 6.6]
Sexo da Criança	2.57	2.57	3.50	[-4.1, 9.5]
Ansiedade	0.10	0.11	0.13	[-0.1, 0.3]
Obsessão	0.09	0.08	0.10	[-0.1, 0.2]
Variável Dependente (ERC Labilidade/Negatividade Emocional)				
Constante	28.71	28.54	5.73	[17.4, 39.8]
Autoritário	0.09	0.09	0.08	[-0.1, 0.2]
Supressão	0.09	0.09	0.04	[0.0, 0.2]
Idade da Criança	-1.81	-1.87	1.35	[-4.4, 0.8]
Idade dos Pais	-2.70	-2.63	1.58	[-5.8, 0.5]
Sexo da Criança	0.10	0.01	1.88	[-3.7, 3.7]
Ansiedade	0.12	0.12	0.07	[-0.0, 0.3]
Obsessão	-0.01	-0.01	0.05	[-0.1, 0.1]

*Nota.* A significância do modelo é obtida numa análise *bootstrap*. efetuada com 10.000 amostras em um intervalo de confiança de 95%.

H4 - Regulação Emocional dos pais medeia a relação entre os estilos parentais e a Regulação Emocional da criança.

A partir das correlações encontradas, só foi pertinente testar o modelo de mediação através da subescala de Supressão da QRE dos pais considerando como variável independente o EP Autoritário. Assim, o EP Autoritário correlacionou-se positivamente tanto com a dimensão de Reavaliação Cognitiva dos pais ( $r = .166$ ;  $p = .048$ ), como com a dimensão de Supressão Emocional dos pais ( $r = .351$ ;  $p < .001$ ). Isso demonstra que, à medida que os pais são mais autoritários, mais eles se utilizam da estratégia de Reavaliação Cognitiva e da estratégia de Supressão Emocional.

Além disso, somente a subescala Supressão Emocional dos pais teve correlações significativas com a RE da Criança. Dessa forma, a Supressão Emocional dos pais correlacionou-se positivamente com a dimensão de Labilidade/Negatividade Emocional da criança ( $r = .204$ ;  $p = .014$ ) e negativamente com as dimensões de Regulação Emocional da criança ( $r = -.206$ ;  $p = .013$ ) e Regulação Emocional Total da criança ( $r = -.246$ ;  $p = .003$ ). Com isso, é possível observar que quanto mais os pais se utilizam da estratégia de Supressão Emocional, mais seus filhos apresentam Labilidade/Negatividade Emocional e menos apresentam Regulação Emocional e Regulação Emocional total.

Através do intervalo de confiança do modelo de mediação (Tabela 9), é possível observar que somente os modelos 1 e 3 apresentaram efeito indireto significativo, formalizando a função mediadora da Supressão Emocional dos pais na relação do EP Autoritário com a Regulação Emocional Total da criança e com a Labilidade/Negatividade Emocional da criança.

Nesse sentido, a análise do modelo de mediação 1 demonstrou a influência do EP Autoritário na Regulação Emocional Total da criança através de uma variável mediadora determinada pela dimensão Supressão dos pais, comprovando a Hipótese 5 (Figura 4).

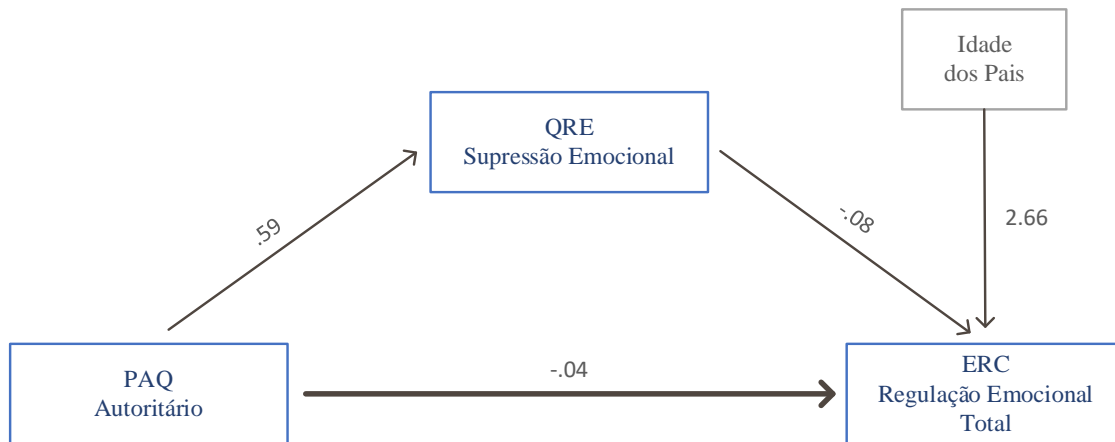
No primeiro modelo (Tabelas 11 e 12), o efeito indireto foi identificado ( $B = -.044$ , 95%  $IC = [-.095 \text{ } -.005]$ ), ainda que o efeito direto da variável independente na variável dependente não seja significativo ( $B = -.096$ , 95%  $IC = [-.216 \text{ } .023]$ ). Apesar disso, o efeito total foi considerado significativo e relevante ( $B = -.140$ , 95%  $IC = [-.253 \text{ } -.028]$ ).

Dessa forma, é possível concluir que o modelo de mediação considerando a Regulação Emocional Total da criança teve resultados significativos, comprovando o efeito mediador da Regulação Emocional dos pais na relação entre o autoritarismo e a Regulação Emocional da criança.



**Figura 4.**

*Modelo de Mediação 1*



**Nota.** Relações não significativas foram suprimidas da Figura. Linhas em negrito representam relações indiretas significativas.

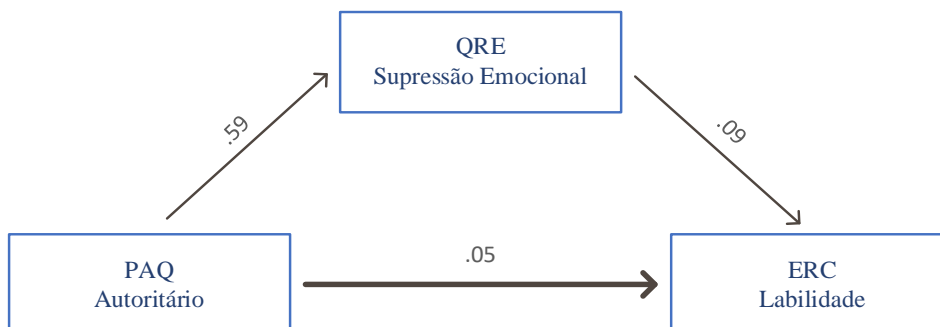
Já no terceiro modelo (Tabela 12), ainda que no limite do intervalo de confiança, somente o efeito indireto foi significativo ( $B = .051$ , 95%  $IC = [.001 .119]$ ). Pode-se observar também que, neste modelo, nenhuma das covariáveis apresentaram uma relação significativa para determinação da variável mediadora ou para determinação da variável dependente (Tabela 13).

Esses resultados indicam que o modelo de mediação 3 também pôde ser observado considerando a Labilidade/Negatividade Emocional da criança como variável independente (Figura 09). Dentro da escala do QRE de Gross e John (2003), a Labilidade é componente oposto da Regulação Emocional Total e talvez por isso os modelos de mediação entre essas duas dimensões se deram de forma similar.

**Figura**

**5.**

*Modelo de Mediação 3*



**Nota.** Relações não significativas foram suprimidas da Figura. Linhas em negrito representam relações indiretas significativas.

Dessa forma, apesar de não ter sido viável a testagem de todas as possibilidades de mediação EP's – RE dos Pais – RE da Criança, ainda é possível confirmar em uma medida considerável a Hipótese 4.

H5 – A ansiedade e a obsessão relacionada com a Covid-19 atuam como covariáveis, podendo interferir na relação entre os estilos parentais e a Regulação Emocional dos pais e da Criança.

Apesar de poucas respostas terem evidenciado uma Ansiedade dos pais com a pandemia ( $n = 12$ ;  $M = 3.2$ ), considerando  $CAS \geq 9$  (Lee, 2020), correlações importantes foram identificadas entre o CAS e as dimensões do ERC, sendo positiva para a Labilidade/Negatividade Emocional da criança ( $r = .221$ ;  $p = .008$ ) e negativa para a Regulação Emocional Total da criança ( $r = -.218$ ;  $p = .009$ ). Isto demonstra que, quanto mais os pais apresentam Ansiedade com a Covid, mais as crianças apresentam Labilidade e menos apresentam Regulação Emocional Total, confirmando, assim, a Hipótese 5. Essas correlações puderam ser justificadas no contexto dos modelos de regressão linear, contudo não foram significativas como covariável da mediação.

Além dessas variáveis, o CAS apenas teve correlações significativas e positivas com o EP Permissivo ( $r = .307$ ;  $p < .001$ ), de modo que à medida que os pais apresentam mais Ansiedade com a Covid, mais são permissivos.

De maneira similar ao CAS, poucas respostas evidenciaram uma Obsessão dos pais com a Covid ( $n = 32$ ;  $M = 4,3$ ), considerando  $OCS \geq 7$  (Lee, 2020). Ainda assim, esta dimensão apresentou correlações significativas com as subescalas do ERC, sendo positiva para a Labilidade/Negatividade da criança ( $r = .201$ ;  $p = .016$ ) e negativa para a Regulação Emocional Total da criança ( $r = -.208$ ;  $p = .013$ ). Com isso, entende-se que quanto mais obsessivos os pais são com a pandemia, mais as crianças apresentam Labilidade e menos apresentam Regulação Emocional Total. Além disso, foi encontrada uma correlação positiva também com a Supressão Emocional dos pais ( $r = .165$ ;  $p = .049$ ), portanto à medida que os pais se mostram mais obsessivos com a Covid, mais utilizam a estratégia de Supressão Emocional. No entanto, também não foi possível justificar essas correlações por meio dos modelos de regressão linear ou como covariável da mediação.

Além dessas variáveis, o OCS também teve correlações significativas e positivas com o EP Permissivo ( $r = .211$ ;  $p = .011$ ), entendendo-se assim que, quanto mais os pais são obsessivos com relação à pandemia, mais permissivos se mostram.

Nesse sentido, o fato de terem sido encontradas correlações significativas demonstra que existe uma influência deste parâmetro para a RE infantil, mesmo não tendo sido possível identificar a forma com que essas relações se dão, confirmando assim a hipóteses 5.

H6 - A idade e o sexo da criança e a idade dos pais exercem um impacto na Regulação Emocional da criança.

Dentre as variáveis sociodemográficas analisadas, foram encontradas correlações negativas e significativas entre a Idade da criança com as dimensões da Regulação Emocional da criança ( $r = -.238$ ;  $p = .004$ ) e da Labilidade/Negatividade Emocional da criança ( $r = -.187$ ;  $p = .025$ ).

Neste caso, a Idade da criança pôde ser modelada através da ferramenta de regressão linear, servindo como preditor da Regulação Emocional infantil, já que apresentou uma quantidade de variância única e significativa ( $B = -.80$ ;  $p = .001$ ), como pode ser visto na Tabela 7. Entretanto, como covariável no modelo de mediação, esta variável não apresentou capacidade de predição significativa (Tabela 11). Porém, o Sexo das crianças não prediz a RE infantil em nenhuma das análises realizadas.

Ademais, a Idade dos pais correlacionou-se negativamente com a dimensão da Labilidade/Negatividade Emocional da criança ( $r = -.204$ ;  $p = .014$ ) e positivamente com a dimensão da Regulação Emocional Total da criança ( $r = .173$ ;  $p = .039$ ), demonstrando que, quanto mais velhos os pais, menor seriam os níveis de Labilidade e maior os níveis de Regulação Emocional Total da criança, confirmando assim a terceira parte da Hipótese 6.

Por outro lado, de acordo com a análise de *bootstrap* do primeiro modelo de mediação, que considerou a influência da variável independente (EP Autoritário) com as covariáveis na variável mediadora (Supressão Emocional dos pais), e destas na variável dependente (Regulação Emocional Total da criança), somente a covariável Idade dos pais ( $B = 2.66$ , 95%  $IC = [.118 \ 5.102]$ ), juntamente com a variável mediadora, apresentou relação significativa para determinação da variável dependente. Assim, a Idade dos pais, na condição de covariável do modelo de mediação, se mostrou significativa e com coeficientes fortes na predição da Regulação Emocional Total da criança (Tabela 11). Dessa maneira, é possível considerar que a hipótese 6 foi parcialmente admitida, já que apenas o Sexo da criança não exerceu um efeito sobre a RE infantil.

## **IV PARTE**

### **DISCUSSÃO**

## **8.1 Estilo Parental como Preditor da Regulação Emocional Infantil**

Para melhor entender a natureza da RE infantil, este estudo visa compreender a relação desta com os EP's, levando-se em consideração a maneira pela qual os pais regulam suas próprias emoções, já que eles são importantes modelos no desenvolvimento da autorregulação da criança. Além disso, diante do cenário atual de pandemia em que o estudo foi feito, buscou-se considerar o papel da ansiedade e da obsessão com relação à Covid-19 com a intenção de estudar o seu impacto na amostra, evitando, assim, possíveis enviesamentos.

A importância da RE infantil já foi comprovada anteriormente por diversas pesquisas, assim como a influência dos EP's e da RE dos próprios pais nesta (Morelen et al., 2014; Teixeira, 2020). Entretanto, a pertinência dos resultados aqui proposto se dá pelo fato de que ainda não encontramos pesquisas que procurem entender a relação conjunta dos três constructos, o que possibilitaria intervenções mais consistentes para a promoção da RE infantil e do bem-estar familiar.

Dessa forma, buscando atender essa demanda e responder à questão da investigação proposta, idealizamos um estudo de metodologia quantitativa e corte transversal a partir de instrumentos psicométricos de autorrelato, respondidos online, por pais casados de crianças entre 2 e 12 anos.

Os resultados relativos à primeira hipótese (H1 - O EP autoritativo correlaciona-se positivamente com a Regulação Emocional da criança) confirmaram a relação positiva entre o EP Autoritativo e a RE da criança, ainda que não tenham sido encontradas outras correlações significativas com as demais subescalas deste instrumento. Além disso, aprofundando mais esta análise a partir da regressão linear, percebe-se que estas variáveis podem ser explicadas por uma relação direta e linear.

É possível entender que, à medida que os pais são capazes de ser sensíveis e responsivos às necessidades dos filhos, incentivando a sua autonomia, mas monitorando o seu comportamento com regras e expectativas claras, portanto empregando um EP Autoritativo de acordo com Baumrind (1971), as crianças apresentam maiores níveis de regulação emocional, ou seja, poderá ser um facilitador do desenvolvimento da RE das crianças. Desse modo, as crianças estariam mais propensas a apresentar uma maior autoconsciência emocional, uma expressividade emocional construtiva e empatia (Reis, et al., 2016). Ademais, os resultados não mostraram apenas uma correlação entre estes parâmetros, mas também evidenciaram o papel preditivo único do EP Autoritativo na RE infantil.

Os resultados corroboram os presentes na literatura, que demonstram a relação entre o EP Autoritativo com dimensões diversas da RE infantil (Baker, 2018; Morris et al., 2007). Karim et al. (2013), mostraram o EP Autoritativo como forte preditor da RE cognitiva adaptativa da criança em uma amostra de Bangladesh. De maneira menos precisa, mas também semelhante, o estudo de Pinto et al. (2014) encontrou associações entre níveis elevados de suporte parental e níveis elevados de elaboração emocional infantil e menos rejeição. Nesse sentido, esse estudo mostra que, quando os pais promovem um sentimento de segurança e validam emocionalmente seus filhos, características também relacionadas ao EP Autoritativo, as crianças apresentam maiores níveis de RE.

Teixeira (2020) também encontrou correlações significativas entre o EP autoritativo e a reavaliação cognitiva (dimensão adaptativa da RE) em uma amostra de pais divorciados/separados, quando considerando o regime de residência exclusiva. Entretanto, a autora também encontrou uma associação do EP autoritativo com a supressão emocional (dimensão menos adaptativa da RE) no caso de regime em residência alternada, o que possivelmente foi um fator que impactou os resultados.

Outros estudos relacionaram os EP's com problemas internalizados e externalizados, indicativos de uma pior RE infantil, como é o caso de Méndez et al. (2020), que demonstrou que a parentalidade que incentiva a comunicação, a autonomia e promove um relacionamento familiar baseado no afeto, relacionada ao EP autoritativo, se mostrou um fator protetivo para problemas externalizados e internalizados em crianças colombianas de 8 a 12 anos.

Além desses, a pesquisa longitudinal de Wittig et al. (2019) constatou que o EP autoritativo de mães predizem a capacidade regulatória de bebês do Alabama, além de ter comprovado o efeito bidirecional de tais parâmetros, de modo que o temperamento dos filhos também influenciou os EP's adotados pelos pais.

Também foi possível confirmar a segunda hipótese (H2 - O EP permissivo correlaciona-se negativamente com a Regulação Emocional da criança e positivamente com a Labilidade/Negatividade Emocional da criança), já que o EP Permissivo se correlacionou tanto positivamente com a dimensão da Labilidade/Negatividade da criança, como negativamente com a Regulação Emocional e a Regulação Emocional Total da criança. Apesar disso, não foi identificada de maneira mais elaborada essas correlações, já que as análises de regressão linear e do modelo de mediação não obtiveram resultados em que o EP Permissivo apresentou contribuições singulares.

Assim, quanto mais os pais aceitam de maneira expressiva as ações, impulsos e desejos dos seus filhos, dando um alto nível de liberdade, mas sem exigir responsabilidades nem monitorizar o seu comportamento, exercendo de forma passiva as suas funções parentais, portanto empregando um EP Permissivo (Baumrind, 1971), mais as crianças tendem a apresentar instabilidade e dificuldades em regular as suas emoções. Desse modo, demonstrando comportamentos característicos de Labilidade/Negatividade Emocional, como falta de flexibilidade, maior reatividade, labilidade do humor, além de maior desregulação emocional (Reis, et al., 2016).

É possível supor que o EP Permissivo teria relações com uma menor RE da criança, pois, de acordo com Baumrind (1971), os filhos de pais Permissivos são menos independentes e apresentam menos responsabilidades sociais. Poucos estudos foram capazes de demonstrar uma associação específica entre o EP Permissivo e dimensões da RE infantil. Por exemplo, a pesquisa de Gomes (2019) apenas obteve correlações parciais entre o EP Permissivo e o menor ajustamento da criança. De forma semelhante aos resultados aqui encontrados, as análises feitas por Karim et al. (2013) não comprovaram uma predição significativa, por regressão linear, do EP Permissivo para a RE cognitiva.

Além disso, a já mencionada pesquisa de Wittig et al. (2019) indicou que uma maior permissividade prediz uma menor capacidade regulatória da criança, problemas internalizados e externalizados. Apesar disso, esses mesmos autores encontraram resultados contraditórios, já que uma maior capacidade regulatória da criança foi capaz de predizer maiores níveis de permissividade de mães, mas não de pais.

Por outro lado, Braza et al., 2015 encontrou associações positivas entre a combinação de um estilo permissivo materno e paterno com agressão física de meninas, mas não de meninos, enquanto a combinação de um estilo permissivo paterno com um estilo autoritário materno foi negativamente associado a problemas internalizados em meninos e com comportamentos agressivos de meninas e meninos.

Portanto, é possível notar uma dificuldade em identificar resultados precisos acerca do EP permissivo, o que pode ser justificado por uma não diferenciação do tipo de permissividade nessas pesquisas, como a permissividade indulgente e negligente, que foi proposta após os estudos de Baumrind (Maccoby, & Martin, 1983 citado por Pires, & Silva, 2019).

Ademais, é importante considerar que a maioria dos estudos relacionados à parentalidade focam em perceber os efeitos de pais mais agressivos e abusivos, como seria o caso do EP Autoritário, o que pode ser visto na meta-análise de Morris et al. (2007) e Baker (2018). Assim, a dimensão da Permissividade costuma ser mais negligenciada, o que torna os

achados aqui ainda mais relevantes para ampliar esse escopo. Apesar disso, são necessários mais estudos que corroborem esses resultados e que sejam capazes de entender de forma mais precisa a maneira pela qual essas correlações acontecem, considerando também esses outros critérios da permissividade, já que as análises aqui feitas de regressão linear e de mediação não definiram esses parâmetros.

A terceira hipótese (H3 - O EP autoritário correlaciona-se negativamente com a Regulação Emocional da criança e positivamente com a Labilidade/Negatividade Emocional da criança) foi parcialmente confirmada, já que foram identificadas correlações negativas relevantes entre o EP Autoritário e a RE da criança nas subescalas Regulação Emocional e Regulação Emocional Total, porém não foram encontradas correlações deste EP com a subescala de Labilidade/Negatividade Emocional.

Dessa forma, o autoritarismo dos pais, com elevado controle de acordo com padrões absolutos, inflexíveis, conjugados frequentemente com práticas parentais coercivas ou punitivas, com pouca atenção, sensibilidade e responsividade às necessidades particulares da criança (Baumrind, 1971), tendem a apresentar menor capacidade de Regulação Emocional, com uma menor autoconsciência emocional, menor expressividade emocional e menos empatia (Reis, et al., 2016).

Nesse sentido, a pesquisa de Pinto et al. (2014) encontrou resultados semelhantes, nos quais a dimensão de rejeição parental, que tanto tem características de hostilidade física e verbal, como de rejeição da criança, características do EP Autoritário, apresentou associação com a maior dificuldade de elaboração emocional da criança. Já Chang et al. (2003) procurando entender os impactos da parentalidade severa, mostrou que esta de fato afeta a RE da criança, com demonstrações de agressividade por parte dela.

Os resultados do presente estudo relativos a essa hipótese estão igualmente de acordo com a literatura que associa o EP Autoritário com dimensões desadaptativas da RE Infantil, como problemas internalizados e externalizados (Braza et al., 2015; Marcone et al., 2020; Wittig et al., 2019).

Karim et al. (2013) apresentaram uma predição singular do EP Autoritário com a RE cognitiva menos adaptativa. No nosso estudo, porém, a capacidade preditiva é mais relevante quando incluímos a RE dos pais, o que salienta a importância de incluir variáveis de diferentes elementos familiares, neste caso, de pais e filhos. Ainda que todas as variáveis espelhem o relato e percepção dos pais, isto indica-nos a importância de acedermos à percepção dos subsistemas parentais e filiais na melhor compreensão do ajustamento da criança



Essa diferença dos resultados encontrados aqui pode ser explicada pela introdução, no presente estudo, da variável Supressão Emocional dos pais. Essa dimensão, como demonstrado nos estudos de regressão hierárquica, contribuiu de forma mais abrangente com aspectos similares ao EP Autoritário na predição da Regulação Emocional da criança. Ademais, deve-se considerar as divergências culturais nas amostras dos dois estudos, como também por medirem construtos ligeiramente diferentes acerca da RE infantil.

Apesar de não ter sido encontrada uma contribuição singular de predição do EP Autoritário na Regulação Emocional da criança, a análise do modelo de mediação demonstrou a relação desses dois parâmetros através de uma variável mediadora determinada pela dimensão Supressão Emocional dos pais.

Nessa perspectiva, já existe um consenso acerca do essencial papel dos pais na vida dos filhos, já que estes desempenham desde as funções mais básicas de cuidado, até os ensinamentos educacionais mais complexos (Sanders & Turner, 2018). Os resultados aqui apresentados corroboram os achados da literatura, confirmando, diante da fundamental importância da RE infantil para as relações sociais, empatia, competências escolares, saúde mental, entre outros (Baker, 2018), a necessidade de os pais desenvolverem competências parentais que se enquadrem no EP Autoritativo, já que este se mostrou o mais adequado para a evolução de uma RE adaptativa nas crianças.

## **8.2 Regulação Emocional dos Pais como Mediadora entre os Estilos Parentais e a Regulação Emocional da Criança**

A partir dos valores de correlação encontrados, apenas nos foi possível testar e confirmar a hipótese (H4 - Regulação emocional dos pais medeia a relação entre os estilos parentais e a Regulação Emocional da criança) através da subescala de supressão do QRE dos pais considerando como variável independente apenas o EP Autoritário.

Nessa perspectiva, o modelo de mediação com a RET da criança como variável dependente teve resultados significativos. O impacto da estratégia de RE adotada pelos pais na RE dos filhos demonstrado em estudos anteriores, foi igualmente comprovado pelos nossos resultados. Um exemplo disso é o estudo de Bessa (2015), que encontrou uma associação entre a dificuldade de RE materna e a Labilidade/Negatividade de crianças portuguesas. Analogamente, o trabalho de Bariola et al. (2012) encontrou correlações positivas significativas entre a RE materna e paterna e a RE da criança, nomeadamente, na dimensão Supressão maternal e da criança.

A capacidade de mediação da supressão emocional parental na relação entre o EP autoritário e a Regulação Emocional da criança foi comprovada no presente estudo. Isso significa que pais autoritários, que são mais propensos a ser inflexíveis, controladores e menos afetivos e responsivos, tendem igualmente a suprimir ou reprimir as suas emoções. Com isso, exercem um impacto no desenvolvimento da capacidade das crianças em regular as suas próprias emoções, podendo conduzir a uma maior instabilidade emocional.

A razão pela qual isso acontece pode estar vinculada ao fato de que os pais, ao evitarem demonstrar emoções, acabam por ensinar estratégias menos funcionais de RE para os seus filhos. Este fator já havia sido proposto pelo modelo tripartido de Morris et al. (2007), no qual ele explica que o contexto familiar é capaz de influenciar o desenvolvimento da RE da criança por meio de três formas: pela observação, modelagem e referências dos pais; por serem afetadas diretamente pelas práticas parentais especificamente relacionadas à emoção; e pelo clima emocional da família, que também está relacionado aos EP's.

Nesse sentido, o último ponto deste modelo tripartido também poderia explicar os resultados aqui encontrados, que demonstram que a pior RE infantil não seria uma simples consequência da parentalidade mais exigente e menos afetiva, mas também pela utilização pelos pais do recurso da Supressão das emoções como forma de autorregulação do seu mundo emocional. Tendo, assim, implicações não apenas para o seu ajustamento enquanto adultos, mas também para o ambiente familiar, nomeadamente no desenvolvimento da autorregulação dos filhos.

Estes resultados são importantes, já que a associação entre estas três variáveis ainda não havia sido estudada. No entanto, outras pesquisas relacionadas já antevêm os efeitos encontrados neste estudo, como a pesquisa de Teixeira (2020) que também identificou uma correlação positiva entre o EP Autoritário e a Supressão Emocional dos pais em uma amostra de pais divorciados portugueses com regime de residência exclusiva.

O modelo de mediação também pôde ser observado considerando a Labilidade/Negatividade Emocional como variável independente. Dentro da escala do QRE de Gross e John (2003), a Labilidade é componente oposto da Regulação Emocional Total e talvez por isso os modelos de mediação entre essas dimensões se deram de forma similar.

Desse modo, mais autoritarismo na educação dos filhos associa-se a uma percepção de supressão emocional dos pais e igualmente à percepção de menor capacidade de Regulação Emocional e maior Labilidade/Negatividade dos filhos. Estes resultados podem ser compreendidos através de dois fatores: pais autoritários utilizam mais da estratégia de supressão para regular suas emoções, portanto modulam suas respostas por meio da repressão de suas

emoções, tanto as consideradas negativas como as positivas (Gross & John, 2003), o que os leva a perceber os filhos com menor capacidade de Regulação Emocional; ou pelo efeito mediador de que pais Autoritários utilizam de estratégias de supressão, não promovendo a Regulação Emocional, de forma que a criança apresenta maior instabilidade emocional. Além disso, é possível que uma parentalidade menos tolerante, como no caso do autoritarismo, promova uma percepção mais exigente dos filhos, portanto com uma menor RE. Assim, apesar de não ter sido viável testar todas as possibilidades de mediação da RE dos pais entre os EP's e a RE da criança, é possível confirmar a hipótese 4.

Outra investigação relevante é a de Morelen et al. (2014), que demonstrou que a RE da mãe tinha uma associação negativa com uma parentalidade emocional sem suporte, enquanto a desregulação emocional materna teve uma associação positiva com a parentalidade emocional sem suporte e com a desregulação emocional da criança, além de uma associação negativa com a RE adaptativa da criança. Nesse sentido, este foi o artigo encontrado que chegou mais próximo às análises deste estudo, já que ele testou um modelo de mediação da relação entre a RE materna e da criança, considerando como variável mediadora os comportamentos de parentalidade emocional. Assim, os seus resultados indicaram que o modelo apenas foi significativo quando considerando a subescala de Labilidade/Negatividade Emocional, mas não para a Regulação Emocional (Morelen, Shaffer, & Suveg, 2014).

Nessa perspectiva, é importante que outros estudos sejam realizados para confirmar os resultados aqui apresentados, replicando o modelo com o objetivo de entender também o papel dos demais EP's e da estratégia de Reavaliação Cognitiva dos pais, já que estas variáveis não apresentaram correlações que justificassem as suas testagens no modelo de mediação proposto.

### **8.3 Repercussões da Pandemia**

H5 – A ansiedade e a obsessão relacionada com a Covid-19 atuam como covariáveis, podendo interferir na relação entre os estilos parentais e a Regulação Emocional dos pais e da Criança.

Considerando o contexto da pandemia, tornou-se imprescindível identificar os efeitos que este momento conturbado vivido em todo o mundo teria no estudo em questão. Nesse sentido, apesar de poucas respostas terem evidenciado uma Ansiedade dos pais com a pandemia, foi possível verificar que pais com maior Ansiedade relacionada à Covid-19 tendem a perceber os filhos como possuindo menor Regulação Emocional.

Esses resultados corroboram a validação brasileira do instrumento, que também encontrou baixas escores do CAS. Os autores justificaram esse fator a partir do fato do estudo

ter sido realizado durante o período de pico e estabilização dos casos de Covid-19 por dia, assim como no presente estudo, o que eles supõem promover um momento de maior esperança na população. Além disso, eles também consideram que, no Brasil, a pandemia demorou para atingir o pico de casos, o que poderia ter levado a uma maior resiliência dos brasileiros (Padovan-Neto, et al., 2021).

Outros autores encontraram resultados similares, mostrando que uma RE adaptativa seria um fator protetivo para a Ansiedade durante a Covid-19, enquanto estratégias mal adaptativas de RE seriam fatores de risco para tal (Achterberg et al., 2021; Jungmann & Witthöft, 2020; Mestas, et al., 2021; Park, et al., 2021; Petzold, et al., 2020).

De maneira similar ao CAS, poucas respostas evidenciaram uma Obsessão dos pais com a Covid-19. Ainda assim, foi possível observar que pais com maiores níveis de Obsessão relacionada à Covid-19 apresentavam uma maior utilização da estratégia de Supressão, percebendo as crianças com menor capacidade de regular a suas emoções. A média de resultados estandardizados encontrada na validação do OCS também foi baixa (Andrade, et al., 2021), o que ratifica os resultados aqui descritos. Apesar dos autores desse estudo não terem justificado esse padrão, é possível considerar as mesmas explicações para o item anterior.

Entretanto, os estudos que relacionam a Obsessão com a RE são escassos. Nesse sentido, a pesquisa de Jungmann e Witthöft (2020), que aborda a cybercondria (procura excessiva de informação online), considerada um tipo de obsessão, mostrou a RE adaptativa como fator protetor para essa perturbação.

No entanto, ainda há poucos estudos que mostrem o impacto da pandemia na RE infantil, sendo imprescindível replicar essas análises com uma amostra maior para desenvolver um entendimento mais apurado sobre o tema. Porém, pelo fato de os dados terem sido recolhidos em plena pandemia, com isolamentos sociais e possíveis níveis de estresse e ansiedade vivenciados, não poderíamos desconsiderar estes aspectos críticos, que possivelmente interfeririam no estudo das variáveis em causa, razão pela qual incluímos estas variáveis nas diferentes análises.

Dessa forma, considerando que os coeficientes de correlação relativos à ansiedade e obsessão acerca da Covid-19 não são, em sua maioria, elevados e significativos, os modelos aqui testados associando o impacto dos EP's e RE dos pais na RE da criança, anteriormente comprovados, apresentam elevado índice de confiança apesar das repercussões da pandemia.

#### **8.4 Variáveis Sociodemográficas e a Regulação Emocional da Criança**

As variáveis sociodemográficas analisadas foram a Idade e Sexo da criança e a Idade dos pais. Como a grande maioria das respostas foram de mães, o Sexo dos pais não foi considerado. No entanto, já é comprovado o papel do pai no desenvolvimento infantil, assim como diferenças nos EP's e na percepção da RE entre pais e mães (Marcone et al., 2020; Wittig et al., 2019), de modo que estes fatores devem ser considerados para futuras pesquisas.

H6 - A idade e o sexo da criança e a idade dos pais exercem um impacto na Regulação Emocional da criança.

Concluímos que pais mais velhos têm filhos com uma melhor RE. Assim, ainda que a Idade dos pais não tenha um papel preditor singular para a Labilidade/Negatividade da criança, na condição de covariável do modelo de mediação, a Idade dos pais apresentou uma forte contribuição na predição da Labilidade infantil.

Este ponto pode ser observado, sob a ótica clínica, como um indicativo de que a experiência dos pais – dimensão não considerada neste estudo – possa ser um fator relevante, o que reforça a discussão já proferida por Baker (2018) e LeBlanc et al. (2017), na qual salientam as diversas influências que a paternidade pode receber, como a RE dos pais, seu temperamento, cultura, genética e saúde mental. Deve-se ressaltar, contudo, que não foi encontrada uma pesquisa que aborde especificamente a Idade dos pais como variável a afetar a RE infantil, sendo, portanto, necessário que estudos futuros corroborem esses achados.

Com relação à Idade da criança, foi possível averiguar que, à medida que as crianças envelhecem, menor é sua Labilidade/Negatividade Emocional, mas também sua Regulação Emocional. Apesar de parecer um pouco contraditório, isso pode ser explicado por, mesmo sendo antagônicas, estas serem escalas independentes uma da outra.

Neste caso, a Idade da criança foi preditora com contribuições singulares para a Regulação Emocional infantil, já que apresentou um efeito direto neste. Entretanto, como covariável no modelo de mediação, esta variável não apresentou influência significativa. Assim, o trabalho já mencionado anteriormente de Bariola et al. (2012) - apesar de contradizer outros estudos analisados por estes autores (Larson et al., Spear, 2000; citados por Bariola et al., 2012), que indicam a influencia da Idade da criança na sua RE - constatou que a Idade da criança não apresentou influência na relação entre a RE dos pais e a RE da criança o que poderia suscitar uma divergência com os resultados analisados aqui. Contudo, levando-se em consideração o argumento dos próprios autores, é possível que essa influência aconteça de

forma mais acentuada antes dos 9 anos, sendo assim, perceptível na amostra apresentada neste artigo.

Nesse sentido, era esperado que o efeito da RE da criança aumentasse em consonância com a Idade, já que, quanto mais velhas, maior o seu desenvolvimento, tanto neurofisiológico, nas suas funções executivas, como nas suas habilidades cognitivas. Por outro lado, é necessário considerar outros fatores que podem influenciar no desenvolvimento da RE, como conflitos entre os pais, que podem se tornar mais perceptíveis à criança na medida em que ela vai envelhecendo.

Além disso, outros desafios inerentes ao seu desenvolvimento, como relacionado ao campo académico e aos seus relacionamentos com pares, podem ser identificados. Como também, a entrada na adolescência acarreta frequentemente maior labilidade emocional derivada das alterações ao nível do crescimento, desenvolvimento e funcionamento do cérebro e mudanças hormonais implicando maior impulsividade e afetando, assim, o seu estado psicológico. Além disso, com a passagem cada vez maior de sua heterorregulação emocional, mediada pelos pais, para uma autorregulação, a criança pode acabar enfrentando maiores obstáculos nesse parâmetro. Todos esses pontos já foram mencionados em diversos estudos anteriormente, o que mostra a relevância para o tema (Baker, 2018; Calkins, 1994; Cole et al, 1994; Gross & Thompson, 2007; Morris, 2007; Sabatier et al., 2017; Thompson, 1994).

No caso do Sexo das crianças, este não exerceu nenhuma influência na RE infantil em nenhuma das análises realizadas. Os resultados quanto às diferenças de género são contraditórios na literatura, alguns estudos demonstram diferenças entre meninos e meninas a partir de construtos relacionados à RE, como os problemas internalizados (mais relacionado a meninas) e externalizados (mais relacionado a meninos), a agressão e a socialização (Fivush, 1998 citado por Thompson & Meyer, 2007; Morris et al., 2007), enquanto outros não, como no caso de Chang et al. (2003) e de Karim et al. (2013), que não encontraram influências do género da criança para a sua RE cognitiva. Já a pesquisa de Braza et al., 2015 mostrou um papel moderador do sexo da criança na relação entre os estilos parentais e problemas comportamentais de crianças.

Não obstante, um trabalho futuro poderia investigar as variáveis sociodemográficas com maior profundidade, para melhor entender o impacto destes na RE infantil e elucidar com mais clareza os resultados aqui encontrados. Estudos longitudinais futuros também seriam de grande valor para a melhor compreensão desses aspectos, assim como a análise de díades mãe-filho(a) e pai-filho(a), ou mesmo tríades mãe-pai-filho(a), com o intuito de abarcar toda a dinâmica familiar.

**V PARTE**  
**CONCLUSÃO**

De uma forma geral, este estudo buscou analisar a relação entre a Regulação Emocional das Crianças, a Regulação Emocional dos Pais e os Estilos Parentais em famílias brasileiras, considerando-se, para isso, a capacidade preditiva das variáveis em estudo e o papel da Regulação Emocional dos pais na relação entre os estilos parentais e a Regulação Emocional da criança. Procuramos incluir nos modelos o possível efeito da ansiedade e obsessão com a Covid-19 nesta relação, considerando as circunstâncias particulares inerentes ao período pandêmico, momento em que os dados foram recolhidos online.

A partir dos resultados apresentados e respectiva discussão, confirmamos todas as hipóteses erguidas em resposta à questão de investigação acerca de qual o efeito dos estilos parentais e da Regulação Emocional dos pais na Regulação Emocional da criança em tempos de pandemia Covid-19. Tendo, assim uma base no modelo tripartido de Morris et al. (2007), dos estudos parentais de Baumrind (1971) e da definição de Regulação Emocional de Thompson (1994).

Dessa forma, concluímos que os EP's se correlacionam com a Regulação Emocional infantil, sendo o estilo Autoritativo o que mais promove a RE nas crianças. Corroborando, assim, os estudos anteriores que demonstraram a importância de estratégias de educação e socialização dos filhos consistentes, equilibradas em exigência e responsividade e promotores da autonomia dos filhos para o desenvolvimento da RE infantil (Baker, 2018; Karim et al., 2013; Morris et al., 2007; Pinto et al., 2014).

Também foi possível perceber o impacto negativo dos EP's Permissivo e Autoritário para a RE dos filhos, em consonância com outros autores (Baumrind, 1971; Braza et al., 2015; Chang et al., 2003; Cole et al., 1994; Gomes, 2019; Karim et al., 2013; Marcone et al., 2020; Morris et al., 2007; Pinto et al., 2014; Reis et al., 2016; Sabatier et al., 2017; Wittig et al., 2019).

Verificamos, igualmente, o papel mediador da supressão emocional dos pais na relação entre o autoritarismo e a menor regulação dos filhos, e a labilidade emocional da criança. Assim, apesar de pesquisas anteriores já anteverem de certa forma estes resultados (Bariola et al., 2012; Bessa, 2015; Morelen et al., 2014; Teixeira, 2020), a associação específica entre os EP's, a RE dos pais e a RE da criança ainda não havia sido investigada, de forma que o presente estudo pôde contribuir para o quadro teórico no âmbito dos estilos parentais e da Regulação Emocional. Nesse sentido, é necessário que estudos futuros confirmem os resultados aqui encontrados noutros grupos amostrais mais alargados

Também, foi possível notar um efeito preditivo da Idade da criança na sua RE, de modo que quanto mais velhas, menor sua Labilidade/Negatividade Emocional e sua Regulação Emocional. Por outro lado, o Sexo das crianças não exerceu nenhuma influência na sua RE. Já



a Idade dos Pais teve um impacto para a RE de seus filhos, mostrando que esta aumenta de acordo com o envelhecimento dos pais. Assim, como os achados da literatura acerca destes temas são escassos e, em alguns casos, podem ser um pouco divergentes (Baker, 2018; Bariola et al., 2012; Chang et al., 2003; Karim et al., 2013; Morris et al., 2007), torna-se necessário novas análises para averiguar de forma mais precisa estas influências.

Por fim, foi verificado que a Ansiedade e a Obsessão com relação à Covid-19 tiveram um impacto considerável na amostra estudada, já que influenciaram negativamente a RE das crianças. Porém, deve-se considerar que poucas respostas apresentaram um nível mais elevado desses parâmetros. Por esse motivo e por ainda haver apenas poucos estudos que relacionem especificamente dimensões da saúde mental acerca da pandemia com a RE infantil, é imprescindível que novas pesquisas sejam feitas para respaldar e esclarecer de forma mais profunda estes achados.

### **9.1 Limitações, Contribuições e Sugestões**

Pelos resultados obtidos, é notória a dificuldade de produzir um modelo matemático capaz de prever as dimensões humanas, ao observar que, apesar de significantes, as correlações simbolizam parcelas pequenas dos parâmetros que descrevem o complexo comportamento das pessoas.

Também, é necessário considerar que a recolha foi feita de forma online, o que pode gerar um enviesamento da amostra, já que as condições em que os participantes responderam não podem ser controladas. De igual forma, pela inclusão de diversas variáveis em estudo, o questionário final tornou-se extenso, podendo justificar menor adesão, com questionários eliminados por incompletude ou desistências, reduzindo a dimensão do grupo de participantes.

Ainda assim, se espera que esses resultados possam estimular análises futuras, sendo necessário implementar pesquisas que envolvam as crianças e os dois pais, a fim de evitar enviesamentos e considerar a consistência entre as respostas, tendo em vista que as percepções dos pais e das crianças podem variar. Adicionalmente, é relevante expandir o escopo da amostra, com grupos em idades, condições socioeconómicas e culturais diferentes, além de implementar outras dimensões relevantes associadas à parentalidade. Trabalhos que contemplem quaisquer destes fatores proveriam uma ampliação significativa nas análises aqui iniciadas.

Além disso, como os estudos costumam focar mais nos efeitos da parentalidade agressiva e abusiva do que da permissiva, é importante que futuras pesquisas sejam feitas para

corroborar os resultados aqui encontrados acerca do EP Permissivo e compreender de forma mais elaborada a maneira pela qual este se correlaciona com a RE da criança.

Foi possível, assim, estabelecer que, considerando as características da amostra e as restrições inerentes ao trabalho, a Supressão Emocional apresentou um papel mediador na relação entre o EP Autoritário e a RE da criança, em especial quanto à Labilidade/Negatividade Emocional. Com isso, fomenta-se a percepção que a ausência de técnicas adequadas de parentalidade, atinente aqui ao EP adotado, ainda possa ser mitigado pelos própria estratégia de RE dos pais, ou mesmo ressalta a relevância parental na assimilação das estratégias para a RE de um indivíduo.

Dessa forma, como a RE possui uma importância única para a evolução de diversas competências das crianças, como as acadêmicas, sociais e de saúde mental (Baker, 2018), torna-se evidente a relevância dos resultados aqui apresentados, já que ainda não há pesquisas que relacionem diretamente as três variáveis aqui estudadas. Estes podem ser utilizados para servir de base a programas de intervenção, prevenção e psicoeducação de pais para o desenvolvimento da RE de seus filhos, de forma a promover o EP autoritativo e estratégias de RE mais adaptativas para os pais e filhos, levando, assim, à saúde mental familiar.

## Referências

- Achterberg, M., Dobbelaar, S., Boer, O. D., & Crone, E. A. (2021). Perceived stress as mediator for longitudinal effects of the COVID-19 lockdown on wellbeing of parents and children. *Scientific Reports*, 11(1), 1-14. <https://doi.org/10.1038/s41598-021-81720-8>
- Aguiar, L. (2014). *Gestalt-Terapia com Crianças: Teoria e Prática*. Summus Editorial.
- Almeda, N., García-Alonso, C., & Salvador-Carulla, L. (2021). Mental health planning at a very early stage of the COVID-19 crisis: a systematic review of online international strategies and recommendations. *BMC Psychiatry*, 21(1), 1-15. <https://doi.org/10.1186/s12888-020-03015-y>
- Andrade, E. F., Pereira, L. J., Orlando, D. R., Peixoto, M. F., Lee, S. A., & Castelo, P. M. (2021). Validation of the Brazilian Portuguese version of the obsession with COVID-19 scale (BP-OCS) using a large university sample in Brazil. *Death Studies*, 1-8. <https://doi.org/10.1080/07481187.2021.1879319>
- Baker, S. (2018). The effects of parenting on emotion and self-regulation. Em M. R. Sanders, & A. Morawska (Eds.), *Handbook of Parenting and Child Development Across the Lifespan* (pp. 217-240). Springer. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-94598-9>
- Bariola, E., Hughes, E. K., & Gullone, E. (2012). Relationships between parent and child emotion regulation strategy use: A brief report. *Journal of Child and Family Studies*, 21(3), 443-448. Springer. <https://doi.org/10.1007/s10826-011-9497-5>
- Baron, A., & Malmberg, L.E. (2019). A vicious or auspicious cycle: The reciprocal relation between harsh parental discipline and children's self-regulation. *European Journal of Developmental Psychology*, 16(3), 302-317. Routledge. <https://doi.org/10.1080/17405629.2017.1399875>
- Batistoni, S. S., Ordonez, T. N., Da Silva, T. B., Do Nascimento, P. P., & Cachioni, M. (2012). Emotional Regulation Questionnaire (ERQ): Indicadores psicométricos e relações com medidas afetivas em amostra idosa. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 26(1), 10-18. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722013000100002>
- Baumeister, R. F., Zell, A. L., & Tice, D. M. (2007). How emotions facilitate and impair self-regulation. Em J. J. Gross (Eds.), *Handbook of Emotion Regulation* (pp. 408-426). The Guilford Press.
- Baumrind, D. (1971). Current patterns of parental authority. *Developmental Psychology Monograph*, 4(1p2), 1-103.

- Benoit, J.-C. (2004). *Sistemas, Famílias e Terapias: Tratamento das Perturbações Familiares* (2nd ed., Vol. 2). CLIMEPSI Editores.
- Bernardes, E. T. (2015). Estudo das relações entre maus tratos na infância, prejuízo em funções executivas e transtornos do comportamento disruptivo em uma amostra comunitária de crianças. [Dissertação de mestrado não publicada]. Universidade de São Paulo.
- Bessa, M. G. (2015). A relação entre regulação emocional dos pais e a regulação emocional e a labilidade/negatividade dos filhos. [Dissertação de mestrado não publicada]. Instituto Universitário da Maia - ISMAI.
- Boeckel, M. G., Wagner, A., Kluwe-Schiavon, B., Camargo, J., & Grassi-Oliveira, R. (2016). Família, estresse e aspectos neurocognitivos: Um modelo desenvolvimental. Em J. F. De Salles, V. G. Haase, & L. F. Molloy-Diniz (Eds.), *Neuropsicologia do Desenvolvimento: infância e adolescência* (pp. 172-178). Artmed Editora Ltda.
- Braet, C., Theuwis, L., Van Durme, K., Vandewalle, J., Vandevivere, E., Wante, L., Moens, E., Verbeken, S., & Goossens, L. (2014). Emotion regulation in children with emotional problems. *Cognitive Therapy and Research*, 38(5), 493-504.  
<https://doi.org/10.1007/s10608-014-9616-x>
- Braza, P., Carreras, R., Muñoz, J. M., Braza, F., Azurmendi, A., Pascual-Sagastizábal, E., Cardas, K., & Sánchez-Martín, J. R. (2015). Negative maternal and paternal parenting styles as predictors of children's behavioral problems: Moderating effects of the child's sex. *Journal of Child and Family Studies*, 24(4), 847-856. Springer.  
<https://doi.org/10.1007/s10826-013-9893-0>.
- Buri, J. R. (1991). Parental Authority Questionnaire. *Journal of Personality Assessment*, 57(1), 110-119. Lawrence Erlbaum Associates.  
[http://dx.doi.org/10.1207/s15327752jpa5701\\_13](http://dx.doi.org/10.1207/s15327752jpa5701_13)
- Cadima, J., Enrico, M., Ferreira, T., Verschueren, K., Leal, T., & Matos, P. M. (2016). Self-regulation in early childhood: The interplay between family risk, temperament and teacher-child interactions. *European Journal of Developmental Psychology*, 241-360.  
<https://doi.org/10.1080/17405629.2016.1161506>
- Calam, R. M., & Bee, P. E. (2018). Self-regulation and parental mental health. Em M. R. Sandres, & A. Morawska, *Handbook of Parenting and Child Development Across the Lifespan* (pp. 371-394). Springer. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-94598-9>

- Calkins, D. S. (1994). Origins and outcomes of individual differences in emotion regulation. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 59(2/3), 53-72. Wiley.
- Calkins, S. D., & Hill, A. (2007). Caregiver influences on emerging emotion regulation: Biological and environmental transactions in early development. Em J. J. Gross (Eds), *Handbook of Emotion Regulation* (pp. 229-248). The Guilford Press.
- Chang, L., Schwartz, D., Dodge, K. A., & McBride-Chang, C. (2003). Harsh parenting in relation to child emotion regulation and aggression. *Journal of Family Psychology*, 17(4), 598-606. NIH. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.17.4.598>
- Choi, E. P., Hui, B. P., & Wan, E. Y. (2020). Depression and anxiety in Hong Kong during COVID-19. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 17(10), 3740. MDPI. <https://doi.org/10.3390/ijerph17103740>
- Cole, M. P. (2014). Moving ahead in the study of the development of emotion regulation. *International Journal of Behavioral Development*, 38(2), 203-207. SAGE. <https://doi.org/10.1177/0165025414522170>
- Cole, P. M., Martin, S. E., & Dennis, T. A. (2004). Emotion regulation as a scientific construct: Methodological challenges and directions for child development research. *Child Development*, 75(2), 317-333. Society for Research in Child Development.
- Cole, M. P., Michel, M. K., & Teti, L. O. (1994). The development of emotion regulation and dysregulation: A clinical perspective. *Monographs of the society for research in child development*, 59(2-3), 73-102.
- Da Silva, M. C. (2014). Consequências neurobiológicas da punição corporal infantil: Cuidados de enfermagem. [Trabalho de conclusão de curso não publicado]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Davies, P. T., & Cummings, E. (1998). Exploring children's emotional security as a mediator of the link between marital relations and child adjustment. *Child Development*, 69(1), 124-139. The Society for Research in Child Development.
- Dias, M. O. (2011). Um olhar sobre a família na perspectiva sistémica - o processo de comunicação no sistema familiar. *Gestão e desenvolvimento*, 19, 139-1156. FEEVALE.
- Dinis, M. (2016). O Impacto da relação conjugal no investimento parental . [Dissertação de mestrado não publicada]. Universidade de Lisboa.
- Edwards, E. S., Holzman, J. B., Burt, N. M., Rutherford, H. J., Mayes, L. C., & Bridgett, D. J. (2017). Maternal emotion regulation strategies, internalizing problems and infant

- negative affect. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 48, 59-68. HHS.  
<https://doi.org/10.1016/j.appdev.2016.12.001>
- Eisenberg, N., Hernández, M. M., & Spinrad, T. L. (2017). The relation of self-regulation to children's externalizing and internalizing problems. Em C. A. Essau, S. LeBlanc, & T. H. Ollendick (Eds.), *Emotion Regulation and Psychopathology in Children and Adolescents* (1 ed.). Oxford University Press.
- Garnefski, N., Rieffe, C., Jellesma, F., Terwogt, M. M., & Kraaij, V. (2007). Cognitive emotion regulation strategies and emotional problems in 9–11-year-old children. *European Child & Adolescent Psychiatry*, 16(1), 1-9. Steinkopff Verlag.  
<https://doi.org/10.1007/s00787-006-0562-3>
- Gomes, C. S. (2019). Ajustamento conjugal, estilos parentais e ajustamento da criança. [Dissertação de mestrado não publicada]. Universidade Autónoma de Lisboa.
- Gomes, M., & Pereira, S. G. (2016). Aspectos neurais da aprendizagem e a influência do estresse. *Revista Acadêmica Licencia&acturas*, 2(1), 16-23. IVOTI.
- Grolnick, W. S., & Farkas, M. (2002). Parenting and the development of children's self-regulation. Em M. H. Bornstein (Eds.), *Handbook of Parenting: Practical Issues in Parenting* (2 ed., Vol. 5). Lawrence Erlbaum Associates.
- Gross, J. T., & Cassidy, J. (2019). Expressive suppression of negative emotions in children and adolescents: Theory, data, and a guide for future research. *Developmental Psychology*, 55(9), 1938-1950. American Psychological Association.  
<https://doi.org/10.1037/dev0000722>
- Gross, J.J., & John, O. P. (2003). Individual differences in two emotional regulation processes: Implications for affect, relationships, and well-being. *Journal of Personality and Social Psychology*, 85(2), 348-362. American Psychological Association.  
<https://doi.org/10.1037/0022-3514.85.2.348>
- Gross, J. J., & Levenson, R. W. (1993). Emotional suppression: Physiology, self-report, and expressive behavior. *Journal of Personality and Social Psychology*, 64(6), 970-986. American Psychological Association.
- Gross, J. J., & Thompson, R. A. (2007). Emotion regulation: Conceptual foundations. Em J. J. Gross (Eds.), *Handbook of Emotion Regulation* (pp. 3-24). The Guilford Press.
- Hoeksma, J. B., Oosterlaan, J., & Schipper, E. M. (2004). Emotion regulation and the dynamics of feelings: A conceptual and methodological framework. *Child Development*, 75(2), 354-360. WILEY.

- Inzlicht, M., Werner, K. M., Briskin, J. L., & Roberts, B. W. (2021). Integrating models of self-regulation. *Annual review of psychology*, 72, 319-345.  
<https://doi.org/10.1146/annurev-psych-061020-105721>
- Jungmann, S., & Witthöft, M. (2020). Health anxiety, cyberchondria, and coping in the current COVID-19 pandemic: Which factors are related to coronavirus anxiety? *Journal of Anxiety Disorders* (73), 1-9. ELSEVIER.  
<https://doi.org/10.1016/j.janxdis.2020.102239>
- Karim, A. R., Sharafat, T., Mahmud, A. Y. (2013). Cognitive emotion regulation in children is attributable to parenting style, not to family type and child's gender. *International Scholarly and Scientific Research & Innovation*, 7 (2), 498-505. World Academy of Science, Engineering and Technology International Journal of Psychological and Behavioral Sciences. <https://doi.org/10.5281/zenodo.1336006>
- Kavanaugh, B., & Holler, K. (2015). Brief Report: Neurocognitive functioning in adolescents following childhood maltreatment and evidence for underlying planning & organizational deficits. *Child Neuropsychology*, 21(6), 840-848. Routledge.  
<https://doi.org/10.1080/09297049.2014.929101>
- Kokkinos, C. M., Algiovanoglou, I., & Voulgaridou, I. (2019). Emotion regulation and relational aggression in adolescents: Parental attachment as moderator. *Journal of Child and Family Studies*, 28(11), 3146-3160. Springer.  
<https://doi.org/10.1007/s10826-019-01491-9>
- LeBlanc, S., Essau, C. A., & Ollendick, T. H. (2017) Emotion regulation: An introduction. Em C. A. Essau, S. LeBlanc, & T. H. Ollendick (Eds.), *Emotion Regulation and Psychopathology in Children and Adolescents* (1 ed.). Oxford University Press.
- Le Moigne, J. (1990). *A Teoria do Sistema Geral* (1 ed.). Instituto Piaget.
- Lee, S. A. (2020a). Coronavirus Anxiety Scale: A brief mental health screener for COVID-19 related anxiety. *Death Studies*, 44(7), 393-401. Routledge.  
<https://doi.org/10.1080/07481187.2020.1748481>
- Lee, S. A. (2020b, April 27). How much “Thinking” about COVID-19 is clinically dysfunctional? *Brain, Behavior, and Immunity*, 87, 97-98. Elsevier.  
<https://doi.org/10.1016/j.bbi.2020.04.067>
- Mannarini, S., Balottin, L., Palmieri, A., & Carotenuto, F. (2018). Emotion regulation and parental bonding in families of adolescents with internalizing and externalizing symptoms. *Frontiers in psychology*, 9, 1493.  
<https://doi.org/10.3389/fpsyg.2018.01493>

- Marcone, R., Affuso, G., & Borrone, A. (2020). Parenting styles and children's internalizing-externalizing behavior: The mediating role of behavioral regulation. *Current Psychology*, 39(1), 13-24. Springer. <https://doi.org/10.1007/s12144-017-9757-7>.
- Méndez, J. H. M., Sánchez, J. P. E., & Becerra, M. I. G. (2019). Advances on parental educational styles predictors of internalizing and externalizing behaviors in children. *Universitas Psychologica*, 18(5), 1-10. <https://doi.org/10.11144/Javeriana.upsy18-5.apes>
- Méndez, J. H. M., Sánchez, J. P. E., & Becerra, M. I. G. (2020). Role of parenting styles in internalizing, externalizing, and adjustment problems in children. *Salud mental*, 43(2), 73-84. <https://doi.org/10.17711/SM.0185-3325.2020.011>.
- Mestas, L., Gordillo, F., Cardoso, M. A., Arana, J. M., Pérez, M. Á., & Colin, D. L. (2021). Relationship between coping, anxiety and depression in a Mexican sample during the onset of the COVID-19 pandemic. *Journal of Psychopathology and Clinical Psychology*, 26(1), 1-11. AEPCP. <https://doi.org/10.5944/rppc.29038>
- Meyer, S., Raikes, H., Virmani, E. A., Waters, S., & Thompson, R. A. (2014). Parent emotion representations and the socialization of emotion regulation in the family. *International Journal of Behavioral Development*, 38(2), 164-173. SAGE. <https://doi.org/10.1177/0165025413519014>
- Morawska, A., Dittman, C. K., & Rusby, J. C. (2019). Promoting self-regulation in young children: The role of parenting interventions. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 22(1), 43-51. Springer. <https://doi.org/10.1007/s10567-019-00281-5>
- Morelen, D., Shaffer, A., & Suveg, C. (2014). Maternal emotion regulation: Links to emotion parenting and child emotion regulation. *Journal of Family Issues*, 1-24. SAGE. <https://doi.org/10.1177/0192513X14546720>
- Morin, E., & Lisboa, E. (2007). *Introdução ao Pensamento Complexo* (Vol. 3). Sulina.
- Morris, A. S., Silk, J. S., Steinberg, L., Myers, S. S., & Robinson, L. R. (2007). The role of the family context in the development of emotion regulation. *Social Development*, 16(2), 361-388. NIH. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9507.2007.00389.x>.
- Mullin, B. C., & Hinshaw, S. P. (2007). Emotion regulation and externalizing disorders in children and adolescents. Em J. J. Gross (Eds.), *Handbook of Emotion Regulation* (pp. 523-541). The Guilford Press.
- National Scientific Council on the Developing Child. (2014). Excessive stress disrupts the development of brain architecture. *Journal of Children's Services*, 9(2), 143-153. Emerald Group. <https://doi.org/10.1108/JCS-01-2014-0006>



- Padovan-Neto, F. E., Lee, S. A., Guimarães, P. R., Godoy, L. D., Costa, H. B., Zerbini, F. L., & Fukusima, S. S. (2021). Brazilian adaptation of the Coronavirus Anxiety Scale: A psychometric investigation of a measure of coronaphobia. *OMEGA - Journal of Death and Dying*, 1-19. SAGE. <https://doi.org/10.1177/0030222821991325>
- Park, C. L., Finkelstein-Fox, L., Russell, B. S., Fendrich, M., Hutchison, M., & Becker, J. (2021). Americans' distress early in the COVID-19 pandemic: Protective resources and coping strategies. *Psychological Trauma: Theory, Research, Practice, and Policy*, 13(4), 422. American Psychological Association. <http://dx.doi.org/10.1037/tra0000931>
- Petzold, M. B., Bendau, A., Plag, J., Pyrkosch, L., Maricic, L. M., Betzler, F., Rogoll, J., Große, J., & Ströhle, A. (2020). Risk, resilience, psychological distress, and anxiety at the beginning of the COVID-19 pandemic in Germany. *Brain and Behavior*, 10(9), 1-10. WILEY. <https://doi.org/10.1002/brb3.1745>
- Pinquart, M. (2017). Associations of parenting dimensions and styles with externalizing problems of children and adolescents: An updated meta-analysis. *Developmental psychology*, 53(5), 873-932. American Psychological Association. <http://dx.doi.org/10.1037/dev0000295>
- Pinto, H. M., Carvalho, A. R., & Sá, E. N. (2014). Os estilos educativos parentais e a regulação emocional: Estratégias de regulação e elaboração emocional das crianças em idade escolar. *Análise Psicológica*, 32(4), 387-400. ISPA. <https://doi.org/10.14417/ap.844>
- Pires, M., Hipólito, J., & Jesus, S. N. (2010). Questionário de estilos parentais para pais: Validação preliminar. *VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia*. Universidade do Minho.
- Pires, M. T., Jesus, S. N., & Hipólito, J. (2011). Questionário de Estilos Parentais para Pais (PAQ-P): Estudos de validação. *Actas do VIII Iberoamericano de Avaliação - XV Conferência Internacional de Avaliação Psicológica: Formas e Contextos* (pp. 760-770). Sociedade Portuguesa de Psicologia.
- Pires, M., & Martins, M. (2021). Parenting styles, coparenting, and early child adjustment in separated families with child physical custody processes ongoing in family court. *Children*, 8, 629. MDPI. <https://doi.org/10.3390/children8080629>.
- Pires, M. & Silva, G. (2019). Estilos de autoridade parental, práticas parentais e autoeficácia. *Actas do V Congresso Ibero-Americano e Luso-Brasileiro de Psicologia da Saúde / I*

- Congresso Promoção da Saúde e do Bem-Estar no Ensino Superior* (pp.312-318).  
Universidade do Algarve.
- Pollak, S. D., & Camras, L. A. (2019). Progress in understanding the emergence of human emotion. *Developmental Psychology*, 55(9), 1801-1811. American Psychological Association. <http://dx.doi.org/10.1037/dev0000789>
- Quesada, A. A. (2013). Estresse e prematuridade: Um risco para a memória e para o desenvolvimento emocional na infância . [Tese de doutorado não publicada].  
Universidade de Brasília.
- Reis, A. H., Bandeira, S. E., Andrade, N. C., Abreu, N., Sperb, T. M. (2016). Emotion Regulation Checklist (ERC): Estudos preliminares da adaptação e validação para a cultura brasileira. *Temas em Psicologia*, 24(1), 77-96.  
<https://doi.org/10.9788/TP2016.1-06>
- Rhoades, K. A. (2008). Children's responses to interparental conflict: A meta-analysis of their associations with child adjustment. *Child Development*, 79(6), 1942-1956. WILEY.
- Sabatier, C., Cervantes, D. R., Torres, M. M., De los Rion, O. H., & Sañudo, J. P. (2017). Emotion regulation in children and adolescents: Concepts, processes and influences. *Psicología Desde el Caribe*, 34(1), 101-110.
- Sanders, M. R., & Turner, K. M. (2018). The importance of parenting in influencing the lives of children. Em M. R. Sanders, & A. Morawska (Eds.), *Handbook of Parenting and Child Development Across the Lifespan* (pp. 3-26). Springer.  
<https://doi.org/10.1007/978-3-319-94598-9>
- Santana, V. S., & Gondim, S. M. (2016). Regulação emocional, bem-estar psicológico e bem-estar subjetivo. *Estudos de Psicologia*, 21(1), 58-68.
- Serafim, A. P., Durães, R. S., Rocca, C. C., Gonçalves, P. D., Saffi, F., Cappellozza, A., Paulino, M., Dumas-Diniz, R., Brissos, S., Brites, R., Alho, L., Lotufo-Neto, F. (2021). Exploratory study on the psychological impact of COVID-19 on the general Brazilian population. *Plos One*, 16(2). <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0245868>
- Shaughnessy, J. J., Zechmeister, E. B., & Zechmeister, J. S. (2012). *Metodologia de Pesquisa em Psicologia* (9 ed.). AMGH Editora Ltda.
- Shilds, A., & Cicchetti, D. (1997). Emotion regulation among school-age children: The development and validation of a new criterion q-sort scale. *Developmental Psychological*, 33 (6), 906-916. American Psychological Association.  
<https://doi.org/10.1037//0012-1649.33.6.906>

- Silk, J. S. (2019). Context and Dynamics: The new frontier for developmental research on emotion regulation. *Developmental Psychology*, 55(9), 2009-2014. American Psychological Research. <https://doi.org/10.1037/dev0000768>
- Silva, E., & Freire, T. (2014). Regulação emocional em adolescentes e seus pais: Da psicopatologia ao funcionamento ótico. *Análise Psicológica*, 32(2), 187-198. ISPA. <https://doi.org/10.14417/ap.746>
- Stroud, C. B., Meyers, K. M., Wilson, S., & Durbin, C. E. (2014). Marital quality spillover and young children's adjustment: Evidence for dyadic and triadic parenting as mechanisms. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology*, 0(0), 1-14. Routledge. <https://doi.org/10.1080/15374416.2014.900720>
- Teixeira, P. S. (2020). Coparentalidade, estilos de autoridade parental e a regulação emocional. [Dissertação de mestrado não publicada]. Universidade Autónoma de Lisboa - UAL.
- Thompson, R. A. (1994). Emotion regulation: A theme in search of definition. *Monographs of the society for research in child development*, 59(2-3), 25-52.
- Thompson, R. A., & Meyer, S. (2007). Socialization of emotion regulation in the family. Em J. J. Gross (Eds), *Handbook of Emotion Regulation* (pp. 249-268). The Guilford Press.
- Wadsworth, M. E., & Compas, B. E. (2002). Coping with family conflict and economic strain: The adolescent perspective. *Journal of Research on Adolescence*, 12(2), 243-274. Society for Research on Adolescence. <https://doi.org/10.1111/1532-7795.00033>
- Wittig, S. M., & Rodriguez, C. M. (2019). Emerging behavior problems: Bidirectional relations between maternal and paternal parenting styles with infant temperament. *Developmental psychology*, 55(6), 1199. American Psychological Association. <https://dx.doi.org/10.1037/dev0000707>.
- World Health Organization. (2020). Coronavirus overview. *World Health Organization*. [https://www.who.int/health-topics/coronavirus#tab=tab\\_1](https://www.who.int/health-topics/coronavirus#tab=tab_1)
- Zinker, J. C. (2001). *A Busca da elegância em psicoterapia: Uma abordagem gestáltica com casais, famílias e sistemas íntimos* (4 ed.). Summus Editorial.

## **Anexos**

## **Anexo A - Consentimento Informado e Esclarecido segundo RGPD**

### **Acordo de Consentimento Informado**

#### **ESTILOS PARENTAIS E REGULAÇÃO EMOCIONAL EM TEMPOS DE PANDEMIA COVID-19**

Convidamo-los a participar de um estudo sobre os Estilos Parentais e a Regulação Emocional Infantil em tempos de pandemia COVID-19, dissertação de mestrado desenvolvida no âmbito do projeto de investigação 'Funcionamento Familiar, Coparentalidade e Ajustamento da Criança: Estudo Comparativo Intercultural' do Centro de Investigação em Psicologia da Universidade Autónoma de Lisboa.

A participação no estudo é voluntária, tendo o direito de desistir a qualquer momento. Garantimos a confidencialidade e o anonimato dos dados que, servindo apenas ao propósito do estudo, serão eliminados após 5 anos da publicação dos resultados. Os dados recolhidos serão arquivados e codificados e os IP's não serão salvos.

Para acesso a informações e esclarecimentos adicionais ou às publicações resultantes, não hesite em contactar: Mestranda Gabrielle Arruda ([psicologa.gabriellearruda@gmail.com](mailto:psicologa.gabriellearruda@gmail.com)), Orientadora/Investigadora Responsável Prof.<sup>a</sup> Doutora Mónica Pires ([mpires@autonoma.pt](mailto:mpires@autonoma.pt)); Responsável pelo Tratamento de Dados CEU Cooperativa de Ensino Universitário, Rua de Sta. Marta, 56, 1169-023, NIF: 501641238, e-mail: [privacidade@autonoma.pt](mailto:privacidade@autonoma.pt).

**VOCÊ ACEITA PARTICIPAR DESTA PESQUISA? (VOCÊ SÓ TERÁ ACESSO AO QUESTIONÁRIO SE CLICAR "ACEITO).**

**Anexo B – Declaração de Compromisso de Confidencialidade e Sigilo na Recolha e  
Tratamento de Dados Pessoais**

Para os devidos efeitos declaro que assumo o compromisso de assegurar as normas éticas da investigação científica, e do código deontológico da Ordem dos Psicólogos Portugueses e do Conselho Federal de Psicologia do Brasil, designadamente: responsabilidade, honestidade, fiabilidade e rigor, objetividade, integridade, imparcialidade e independência, transparência e comunicação aberta, cuidado e respeito, no desenvolvimento das atividades de Investigação do Centro de Investigação em Psicologia e no âmbito do Mestrado em Psicologia Clínica e de Aconselhamento. Ademais, me comprometo a manter a total confidencialidade e o sigilo em relação aos dados pessoais recolhidos, inseridos e tratados estatisticamente, cumprindo escrupulosamente as normas prescritas pelo RGPD (Regulamento Geral da Proteção de Dados (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho).

**Fortaleza, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2020.**

Nome: Gabrielle Maria Furtado Aguiar de Arruda

Aluno nº: 30004046

Assinatura: \_\_\_\_\_

## Anexo C – Protocolo de Recolha de Dados – Questionário Sociodemográfico

### 1. Dados relativos aos pais:

Nacionalidade: \_\_\_\_\_

Sexo:  Feminino  Masculino

Gênero:  Homem  Mulher  Homem Trans  Mulher Trans  Outro

Idade: \_\_\_\_\_

Escolaridade:

Ensino Fundamental I (até o 4º ano)  Ensino Fundamental I (5º ao 6º ano)  Ensino Fundamental II (7º ao 9º ano)  Ensino Médio

Bacharelado  Licenciatura  Mestrado  Doutorado

Estado civil:

Casado(a)  União estável  Separado(a)/divorciado(a)  Viúvo(a)

Se casado(a) ou em união de fato, há quanto tempo? \_\_\_\_\_

### 2. Dados relativos à criança sobre a qual responde no estudo:

Idade: \_\_\_\_\_

Sexo:  Feminino  Masculino

Ano de escolaridade frequentado: \_\_\_\_\_ da(o)

Creche  Jardim de Infância  Ensino Fundamental  Ensino Médio

Tem irmãos? Sim  Não

Se sim, quantos? \_\_\_\_\_

### 3. Situação Familiar:

Houve algum acontecimento que alterou a vida familiar? Sim  Não

Se \_\_\_\_\_ sim, \_\_\_\_\_ qual?

---